

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional “CSN”, também denominada Companhia ou Controladora, é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, coligadas e controladas em conjunto sendo denominadas, em conjunto, “Grupo”). A sede social da empresa está localizada em São Paulo.

A CSN possui ações listadas na bolsa de São Paulo (BM&FBovespa) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos:

- **Siderurgia:**

Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas (“UPV”) localizada no Município de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui operações nos Estados Unidos, Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

- **Mineração:**

A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais. Explora ainda estanho no Estado de Rondônia para suprir as necessidades da UPV, sendo que, o excedente dessas matérias primas é comercializado com controladas e terceiros. A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

O minério de ferro é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle da Companhia.

- **Cimentos:**

A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta atividade e seus negócios já existentes. Ao lado da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do tipo CP-III, utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Explora ainda calcário e dolomito da unidade de Arcos no Estado de Minas Gerais para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimentos.

- **Logística**

Ferrovias:

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S. A. (“TLSA”) e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“FTL”), que operam a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, sendo de responsabilidade da TLSA os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II) e a FTL responsável pelos trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Recife, Itabaiana - Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau e Propriá - Jorge Lins (Malha I).

Portos:

A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon S. A., o Terminal de Contêineres (Tecon), no Porto de Itaguaí. Localizado na baía de Sepetiba, possui privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo.

No Tecon é realizado o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres, armazenagem, consolidação e desconsolidação de cargas.

- **Energia:**

Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia possui ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência.

A nota 24 - Informações por Segmento de Negócios apresenta o detalhamento das informações contábeis por segmento de negócios da CSN.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.a) Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e respectivas normas expedidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, perdas estimadas em estoques, provisão para passivos trabalhistas cíveis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, provisão para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 04 de março de 2015.

2.b) Demonstrações financeiras consolidadas

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos Diplic, Mugen e Vértice, conforme demonstrado a seguir:

- **Empresas**

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2014	31/12/2013	
Participação direta em controladas: consolidação integral			
CSN Islands VII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands VIII Corp. (1)		100,00	Operações financeiras
CSN Islands IX Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands X Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XI Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Minerals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias
CSN Export Europe, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Metals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Americas S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Steel S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TdBB S.A	100,00	100,00	Companhia dormente
Sepetiba Tecon S.A	99,99	99,99	Serviços portuários
Mineração Nacional S.A	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
Companhia Florestal do Brasil	99,99	99,99	Reflorestamento
Estanho de Rondônia S.A	99,99	99,99	Mineração de Estanho
Cia Metalic Nordeste	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
Companhia Metalúrgica Prada	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Cimentos S.A	100,00	99,99	Fabricação de cimento
CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda.	99,99	99,99	Companhia dormente
Congonhas Minérios S.A	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
CSN Energia S.A	99,99	99,99	Comercialização de energia elétrica
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A	88,41	88,41	Logística ferroviária
Participação indireta em controladas: consolidação integral			
CSN Aceros S.A. (1)		100,00	Participações societárias
Companhia Siderúrgica Nacional LLC	100,00	100,00	Siderurgia
CSN Europe Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Ibéria Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Portugal, Unipessoal Lda. (1)		100,00	Operações financeiras e comercialização de produtos
Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A	99,94	99,99	Participações societárias e comercialização de produtos
Lusosider Aços Planos, S. A.	99,99	99,98	Siderurgia e participações societárias
CSN Acquisitions, Ltd.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Resources S.A	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Holdings (UK) Ltd	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Handel GmbH	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Companhia Brasileira de Latas	100,00	59,17	Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias
Rimet Empreendimentos Industriais e Comerciais S. A	100,00	58,96	Produção e comercialização de vasilhames de aço e exploração de atividades florestais
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA	99,67	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Empresa de Embalagens Metálicas - LBM Ltda. (2)		58,98	Comercialização de embalagens e participações em outras sociedades
Empresa de Embalagens Metálicas - MUD Ltda. (2)		58,98	Produção e comercialização de produtos de utilidades domésticas e afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM do Nordeste (2)		58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM	99,67	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
CSN Steel Comercializadora, S.L.U. (1)		100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Holdings 1, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Holdings 2, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Stalwerk Thüringen GmbH	100,00	100,00	Produção e comercialização de aços longos e atividades afins
CSN Steel Sections UK Limited	100,00	100,00	Companhia dormente
CSN Steel Sections Czech Republic s.r.o. (1)		100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Sections Polska Sp.Z.o.o	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Asia Limited (3)	100,00		Representação Comercial
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-operation : consolidação proporcional			
Itá Energética S.A.	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
CGPAR - Construção Pesada S.A	50,00	50,00	Serviços de apoio à mineração e participações societárias
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava	17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture : equivalência patrimonial			
Nacional Minérios S.A.	60,00	60,00	Mineração e participações societárias
MRS Logística S.A	27,27	27,27	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A. (4)	31,82	22,73	Companhia dormente
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	50,00	50,00	Prestação de Serviços
Transnordestina Logística S.A	62,64	77,30	Logística ferroviária
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture : equivalência patrimonial			
Namisa International Minérios SLU	60,00	60,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Namisa Europe, Unipessoal Lda.	60,00	60,00	Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
Namisa Handel GmbH	60,00	60,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
MRS Logística S.A	6,00	6,00	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A. (4)		9,08	Companhia dormente
Namisa Asia Limited (3)	60,00		Representação comercial
Participação direta em coligadas: equivalência patrimonial			
Arvedi Metalferr do Brasil S.A.	20,00	20,00	Metalurgia e participações societárias

- (1) Empresas liquidadas no exercício de 2014.
- (2) Empresas incorporadas pela Companhia de Embalagens Metálicas MMSA no exercício de 2014, vide nota 7.
- (3) Empresas constituídas no exercício de 2014.
- (4) Transferência para a CSN dos direitos de subscrição de ações da empresa Aceros del Orinoco S. A. detidos pela empresa CSN Aceros, S.A em abril de 2014, sem efeitos de ganho e perda.

• Fundos Exclusivos

	Participação no capital social (%)		
Fundos Exclusivos	31/12/2014	31/12/2013	Atividades principais
Participação direta: consolidação integral			
Diplic - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Mugen - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Caixa Vértice - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação:

• Transações entre controladas, coligadas, *joint-ventures* e *joint-operations*

Os ganhos não realizados em transações com controladas, controladas em conjunto e coligadas são eliminados na medida da participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, onde são reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Controladas em Conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto (*joint operation*) são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais a Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

A Companhia elimina o efeito no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, e desta forma é eliminado parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos, receita de vendas e imposto de renda e contribuição social.

Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

• Transações e participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

2.c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações financeiras, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs.

2.d) Moedas estrangeiras

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

ii. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício de 31 de dezembro de 2014 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens monetários de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2014, US\$1 equivale a R\$2,6562 (R\$2,3426 em 31 de dezembro de 2013) e €\$ 1 equivale a R\$3,2270 (R\$3,2265 em 31 de dezembro de 2013).

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil

do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários classificados como mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais dos investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda estão incluídas nos resultados abrangentes no patrimônio.

iii. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações);
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes e;
- Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de itens monetários de investimento em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio previamente registradas em outros resultados abrangentes são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

2.e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

2.f) Contas a receber de clientes

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas. A avaliação da Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de nossos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa estimativa de perdas.

2.g) Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias.

As pilhas de minério são contabilizadas como estoque quando são removidas da mina. O custo de produtos acabados compreende todos os custos diretos necessários para transformar os estoques em produtos acabados.

2.h) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia bem como ajustes de plano de pensão e investimentos disponíveis para venda que impactam o patrimônio líquido das subsidiárias e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

2.i) Combinação de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação dos não controladores na adquirida, pela parcela proporcional da participação dos não controladores no valor justo de ativos líquidos da adquirida.

2.j) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme nota 8. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais".

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
 - Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
 - Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
 - Exame e teste dos processos e métodos de extração;
 - Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infra-estrutura;
 - Estudos de mercado e estudos financeiros.
-

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

2.k) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios.

Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

- **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

- **Software**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada de 01 a 05 anos.

2.l) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.m) Benefícios a empregados

i. Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

A controladora e algumas subsidiárias ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes, e posteriormente são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

ii. Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocadas ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

2.n) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.o) Concessões

A Companhia possui concessões governamentais que englobam as seguintes modalidades de serviços: transporte ferroviário de minério de ferro e transporte das exportações e escoamento de material acabado para o mercado interno; desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário da região nordeste do Brasil; operação do terminal de granéis sólidos e do terminal de contêineres no Porto de Itaguaí. Todos os contratos de concessão que a Companhia mantém atualmente foram avaliados à época da outorga como arrendamentos operacionais.

Os arrendamentos operacionais são aqueles em que uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador. Os pagamentos efetuados para os arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.p) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.q) Reconhecimento de receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua realização.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato.

2.r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos não avaliados por equivalência patrimonial, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos financeiros derivativos que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.s) Imposto de renda e contribuição social

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos de renda correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

2.t) Lucro/(Prejuízo) por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

2.u) Custos ambientais e restauração de áreas

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, como apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

2.v) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

2.w) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a

qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

- **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- **Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

- **Reconhecimento e Mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda têm o seu reconhecimento dividido da seguinte forma: (i) o efeito da variação cambial e das variações no valor justo sobre o investimento no capital da investida são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e; (ii) o efeito da variação cambial e das variações no valor justo da opção são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

ii) **Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

• **Ativos mensurados ao custo amortizado**

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a CSN usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

- **Ativos classificados como disponíveis para venda**

No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados (*impaired*). A determinação do que é considerada uma queda “significativa” ou “prolongada” exige julgamento. Para esse julgamento, é avaliada, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, a duração e proporção na qual o valor justo do investimento é menor que seu custo, além da saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro. Se alguma dessas evidências existirem para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - é reclassificado do patrimônio e reconhecido na demonstração de resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos disponíveis para venda não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

A CSN efetuou a análise de *impairment* de seu investimento disponível para venda em ações da Usiminas, veja nota 11.

iii) **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

- **Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

- **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) **Instrumentos derivativos e atividades de *hedge***

- **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica “Resultado Financeiro” na demonstração do resultado.

- **Atividades de hedge**

A Companhia adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa certos passivos financeiros como instrumento de hedge de um risco cambial associado aos fluxos de caixa provenientes das exportações previstas e altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge (exportações previstas), assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que as operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica “*Hedge Accounting*”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos em resultado financeiro, quando aplicável.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que as exportações previstas afetam o resultado.

Quando um instrumento de hedge prescreve ou é liquidado antecipadamente, ou a relação de hedge não mais atender aos critérios de contabilização de *Hedge Accounting* ou ainda quando a Administração decide descontinuar a contabilização de *Hedge Accounting*, todo ganho ou perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece registrado no patrimônio líquido. Quando a transação prevista é realizada, o ganho ou perda será reclassificado para o resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro”.

As movimentações dos valores de hedge denominados como Hedge de fluxo de caixa de exportação estão demonstradas na nota 11(iv).

2.x) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis (vide nota 24).

2.y) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

2.z) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Norma	Descrição	Vigência
IAS 16 e IAS 38	“Ativo imobilizado” e “Ativos intangíveis” – em maio de 2014, foram revisadas as regras contábeis mencionadas, esclarecendo que o método baseado em receitas não será permitido para depreciação ou amortização.	2016
IAS 27	“Demonstrações financeiras separadas” – em agosto de 2014, foi revisada a regra que trata das demonstrações financeiras separadas, permitindo a contabilização dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia já adota este método por requerimento da legislação brasileira e essa alteração não trará impactos às demonstrações financeiras. Esta alteração ainda não foi editada pelo CPC e deve ser adotada a partir de 2016, sendo permitida a adoção antecipada.	2016
IFRS 10 e IAS 28	“Demonstrações consolidadas” e “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto” – em setembro de 2014, foi emitida uma revisão propondo que o ganho ou perda como resultado da venda ou contribuição de uma subsidiária que não constitui um negócio, como definido na IFRS 3, entre um investidor e sua controlada ou controlada em conjunto é reconhecido apenas na participação dos investidores não relacionados na controlada ou controlada em conjunto.	2016
IFRS 7	“Instrumentos financeiros: Divulgação” – em setembro de 2014, o IASB revisou a regra IFRS 7, colocando um guia para decidir quando um contrato de serviço tem envolvimento contínuo e que os requerimentos de divulgação adicional não são especificamente para períodos interinos. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC e deve ser adotada a partir de 2016.	2016
IFRS 9	“Instrumentos Financeiros”. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relacionada ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável.	2018
IFRS15	“Receita de contratos com clientes”. Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma substitui a IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18- Receitas e correspondentes interpretações.	2017

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
Disponibilidades				
Caixa e Bancos	192.595	178.920	14.638	36.553
Aplicações Financeiras				
No País:				
Títulos públicos	246.407	48.206	205.304	42.575
Títulos privados	486.730	240.852	264.500	57.564
	733.137	289.058	469.804	100.139
No Exterior:				
<i>Time Deposits</i>	7.760.289	9.527.694	2.661.951	69.932
Total das Aplicações Financeiras	8.493.426	9.816.752	3.131.755	170.071
Caixa e equivalentes de caixa	8.686.021	9.995.672	3.146.393	206.624

Os recursos financeiros disponíveis na controladora e nas controladas estabelecidas no país são aplicados basicamente em fundos de investimento, considerados exclusivos, que foram consolidados, com operações compromissadas lastreadas em títulos privados e públicos, com rendimento pré-fixado, e com liquidez imediata.

Os títulos privados são aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Notas e Letras do Tesouro Nacional. Os fundos são administrados pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e pela Caixa Econômica Federal (CEF) e os ativos desses fundos respondem por eventuais perdas nos investimentos e operações realizadas. Os investimentos dos fundos foram consolidados também nas demonstrações financeiras individuais.

Parte significativa dos seus recursos financeiros e de suas controladas no exterior é aplicada em *Time Deposits* com bancos de primeira linha e são remuneradas a taxas pré-fixadas. Adicionalmente, em 2014 ocorreram reduções de capital nas controladas no exterior no qual resultou um aumento de caixa na Controladora, vide nota 7 (b).

4. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Clientes				
Terceiros				
Mercado interno	861.518	790.225	548.417	545.927
Mercado externo	762.935	950.145	87.668	80.434
	1.624.453	1.740.370	636.085	626.361
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(127.223)	(114.172)	(93.536)	(88.518)
	1.497.230	1.626.198	542.549	537.843
Partes Relacionadas (Nota 17 - b)	153.737	107.443	969.343	632.645
	1.650.967	1.733.641	1.511.892	1.170.488
Outras Contas a Receber				
Dividendos a receber (*) (Nota 17 - b)	59.470	717.595	67.553	774.147
Débitos de empregados	32.743	35.267	22.977	22.237
Outros créditos	9.876	35.962	2.076	25.832
	102.089	788.824	92.606	822.216
	1.753.056	2.522.465	1.604.498	1.992.704

(*) Reversão de dividendos da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. no valor de R\$484.946, conforme nota 7 b.

A composição do saldo bruto do contas a receber de clientes terceiros é demonstrado da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	1.284.824	1.339.481	464.322	373.190
Vencidos até 180 dias	236.843	216.392	90.612	90.165
Vencidos acima de 180 dias	102.786	184.497	81.151	163.006
	1.624.453	1.740.370	636.085	626.361

De acordo com a política comercial interna da CSN e a manutenção de seus recebimentos de curto prazo (até 7 dias), a Companhia possui operações de cessão de crédito sem coobrigação, em que após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos provenientes do fechamento de cada operação, a CSN liquida o contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação. Essa operação totaliza um montante de R\$264.411 em 31 de dezembro de 2014 (R\$386.732 em 31 de dezembro de 2013), deduzido do contas a receber.

As movimentações nas perdas estimadas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(114.172)	(111.532)	(88.518)	(86.391)
Perdas estimadas	(25.305)	(17.988)	(15.915)	(13.902)
Recuperação de créditos	12.254	15.348	10.897	11.775
Saldo final	(127.223)	(114.172)	(93.536)	(88.518)

5. ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Produtos acabados	1.270.182	743.831	794.223	529.068
Produtos em elaboração	858.811	650.311	733.759	550.227
Matérias-primas	1.006.620	714.365	621.450	436.283
Almoxarifado	949.062	1.003.473	825.983	877.944
Minério de ferro	147.699	139.275	147.699	139.275
Adiantamento a fornecedores	2.329	11.915	1.741	9.859
(-) Perdas estimadas	(112.581)	(102.185)	(88.056)	(83.426)
	4.122.122	3.160.985	3.036.799	2.459.230

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(102.185)	(108.160)	(83.426)	(90.344)
(Perdas)/Reversões estimadas em estoques de baixa rotatividade e obsolescência	(10.396)	5.975	(4.630)	6.918
Saldo final	(112.581)	(102.185)	(88.056)	(83.426)

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

O grupo de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos judiciais (Nota 15)			288.804	693.714			239.902	650.463
Créditos junto a PGFN ⁽¹⁾			81.792	88.921			81.792	88.921
Tributos a recuperar ⁽²⁾	598.497	480.495	155.616	112.788	453.258	298.279	88.046	94.342
Despesas Antecipadas	36.226	37.369	33.323	38.117	24.151	27.394	15.620	18.600
Ativo Atuarial - Parte Relacionada (Nota 17 b)			97.173	97.051			96.914	96.665
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11 I)	174.611	9.681		3.879				
Quotas de fundos exclusivos ⁽³⁾					144.018			
Títulos para negociação (Nota 11 I)	13.798	9.906			9.451	7.041		
Estoque minério de ferro ⁽⁴⁾			144.483	144.483			144.483	144.483
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR			8.452	8.452			8.452	8.452
Outros títulos a receber (Nota 11 I)			1.347	9.970			1.450	10.631
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 17 b)	517.493	147.273	117.357	603.862	106.218	46.722	52.619	237.710
Outros créditos com partes relacionadas (Nota 17 b)	15.780	15.658	7.037	18.129	168.035	16.180	329.330	155.932
Outros	17.898	22.538	12.036	15.959			11.770	15.649
	1.374.303	722.920	947.420	1.835.325	905.131	395.616	1.070.378	1.521.848

1. Refere-se ao excesso de depósito judicial originado pelo programa do REFIS de 2009.
2. Refere-se principalmente a PIS/COFINS e ICMS sobre aquisição de ativo fixo os quais serão recuperados por um período de até 48 meses e imposto de renda e contribuição social a compensar.
3. Refere-se a operações com derivativos administrados pelos fundos exclusivos.
4. Estoques de longo prazo de minério de ferro que serão utilizados quando da implementação da Planta de Beneficiamento, gerando como produto final o Pellet Feed com expectativa de realização prevista para 2º semestre de 2017.

7. INVESTIMENTOS

7.a) Participações diretas em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

Empresas	Quantidade de ações detidas pela CSN			31/12/2014				31/12/2013					
	(em unidades)		%	Lucro				Lucro					
	Ordinárias	Preferenciais	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	do exercício	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	do exercício	
Controladas													
CSN Islands VII Corp.	20.001.000		100,00	7.214.810	7.568.331	(353.521)	341.699	100,00	7.958.296	8.653.517	(695.221)	(492.508)	
CSN Islands VIII Corp.							(183)	100,00	16.236		16.236	(37.499)	
CSN Islands IX Corp.	3.000.000		100,00	1.113.075	1.111.655	1.920	(48)	100,00	981.698	979.730	1.968	95	
CSN Islands X Corp.	1.000		100,00	20	6.1633	(61613)	(8.821)	100,00	46	52.838	(52.792)	(7.566)	
CSN Islands XI Corp.	50.000		100,00	2.236.207	2.227.764	8.443	503	100,00	1.796.485	1.788.545	7.940	1.045	
CSN Islands XII Corp.	1.540		100,00	2.000.851	2.658.674	(657.823)	(182.508)	100,00	1.868.122	2.343.437	(475.315)	(195.338)	
International Investment Fund												(28)	
CSN Minerals S.L.U.	3.500		100,00	4.151.619	15.169	4.136.000	(6.274)	100,00	4.558.786	1.856	4.556.930	794.937	
CSN Export Europe, S.L.U.	3.500		100,00	930.973	3.125	927.848	99.302	100,00	942.194	350	941.844	15.194	
CSN Metals S.L.U.	16.504.020		100,00	846.160	314.08	814.752	123.816	100,00	1.450.763	1.438	1.449.325	115.013	
CSN Americas S.L.U.	3.500		100,00	1.588.221	23.490	1.564.731	15.298	100,00	1.995.959	13.962	1.981.997	277.278	
CSN Steel S.L.U.	22.042.688		100,00	2.152.431	1.274.343	878.088	(27.014)	100,00	2.714.157	435.831	2.278.326	118.601	
Sepetiba Tecon S.A.	254.015.052		99,99	358.321	12.778	235.543	21.509	99,99	324.698	81.973	242.725	5.1077	
Mineração Nacional S.A.	999.999		99,99	1.097	22	1.075	82	99,99	1.067	15	1.052	55	
Florestal Nacional S.A.												(46.509)	
Estanho de Rondônia S.A.	51.665.047		99,99	35.101	14.023	21.078	(10.530)	99,99	34.189	9.697	24.492	(9.263)	
Cia Metalic Nordeste	92.459.582		99,99	187.571	34.849	152.722	11.606	99,99	182.845	41.730	141.115	18.510	
Companhia Metalúrgica Prada	78.283.207		99,99	618.212	427.701	190.511	(117.626)	99,99	771.436	465.032	306.404	47.295	
CSN Cimentos S.A.	3.734.582.665		100,00	1.088.997	64.652	1.024.345	93.161	99,99	1.012.370	84.651	927.719	56.161	
Congonhas Minérios S.A.	64.610.862		99,99	1.996.460	2.012.062	(15.602)	(7.419)	99,99	1.996.614	2.004.797	(8.183)	13.870	
CSN Energia S.A.	43.149		99,99	73.569	14.299	59.270	79.703	99,99	33.416	13.850	19.566	115.15	
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	306.241.571		88,41	566.259	272.513	293.746	(8.834)	88,41	542.162	239.582	302.580	(3.662)	
Companhia Florestal do Brasil	21.120.514		99,99	29.471	8.495	20.976	(76)	99,99	20.858	1.567	19.291	(19)	
Controladas em Conjunto													
Nacional Minérios S.A.	(*) 285.040.443		60,00	10.113.587	642.561	9.471.026	673.060	60,00	9.404.480	1.058.093	8.346.387	544.695	
Ita Energética S.A.	253.606.846		48,75	316.345	14.618	301.727	2.109	48,75	341.188	18.059	323.129	9.852	
MRS Logística S.A.	52.414.154	40.301.916	27,27	1.959.145	1.182.454	776.691	103.458	27,27	1.853.628	1.126.803	726.825	128.989	
CBIS - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	1.876.146		50,00	18.678	15.196	3.482	575	50,00	20.590	16.244	4.346	2.458	
CGPAR - Construção Pesada S.A.	50.000		50,00	61.689	55.129	6.560	13.000	50,00	53.527	48.703	4.824	9.527	
Transnordestina Logística S.A.	22.701.071	1.397.545	62,64	4.115.120	2.818.184	1.296.936	(27.455)	77,30	4.286.381	2.961.282	1.325.099	(122.178)	
Coligadas													
Arvedi Metalfer do Brasil	27.239.971		20,00	60.101	44.429	15.672	(5.103)	20,00	53.007	34.441	18.566	(3.291)	
				43.833.640	22.719.057	21.114.583	1.176.990						
Classificados como disponível para venda													
Usiminas						1.340.896							
Panatlântica						31.589							
				1.372.485					2.336.073				
Outros Investimentos													
Ganho na perda controle na Transnordestina						659.105							
Lucros nos estoques de controladas						(100.622)	(77.332)						
Outros						65.019	(14.16)						
				623.502					(78.747)	700.833			
				23.110.570					1.098.243	25.774.081			
Total dos investimentos													
				23.110.570					1.098.243	25.774.081			
Classificação dos investimentos no balanço													
Investimentos no ativo						24.199.129							
Investimentos com passivo a descoberto						(1.088.559)							
				23.110.570					25.774.081				

7.b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial dos investimentos	13.487.023	10.839.787	27.005.592	23.356.506
Saldo inicial de provisão para perdas			(1.231.511)	(851.298)
Saldo investimento Transnordestina		1.984.204		
Aumento de capital / aquisições ações	10.279	11.968	93.960	654.692
Redução de capital ⁽¹⁾			(3.120.344)	
Incorporação e cisão parcial de controladas				132.725
Dividendos ⁽²⁾	395.307	(85.998)	275.731	(139.887)
Resultados abrangentes ⁽³⁾	(970.266)	71.791	(1.011.188)	456.978
Resultado equivalência patrimonial ⁽⁴⁾	743.119	670.777	1.098.243	1.502.450
Ganho na perda de controle na Transnordestina				659.105
Outros	(9)	(5.506)	87	2.810
Saldo final dos investimentos	13.665.453	13.487.023	24.199.129	27.005.592
Saldo final de provisão para perdas			(1.088.559)	(1.231.511)

1. Refere-se a redução de capital nas empresas controladas CSN Steel, CSN Americas, CSN Metals, CSN Minerals e CSN Export.
2. Em 28 de março de 2014, a Assembleia Geral Ordinária da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A., decidiu pela destinação integral do resultado do exercício de 2012 para as contas de Reserva de Investimento e Reserva de Contingências. Devido esta deliberação da Assembleia, a Companhia reverteu os dividendos a receber no montante de R\$484.946 que haviam sido contabilizados por proposta da administração da NAMISA e que não foram aprovados pela referida Assembleia.
3. Refere-se a marcação a mercado de investimentos classificados como disponíveis para venda e conversão para moeda de apresentação dos investimentos no exterior, cuja moeda funcional não é o Real.
4. A conciliação do resultado de equivalência das empresas controladas em conjunto e coligadas e o montante apresentado na demonstração de resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da CSN com essas empresas:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Resultado equivalência de controladas em conjunto	743.119	670.777
Eliminações		
Para Custo Produtos Vendidos	(45.812)	(137.418)
Para Receita	50.261	
Para Despesa Financeira	(628.629)	(624.096)
Para Impostos	212.221	258.914
Outros		
Resultado Transnordestina Dezembro 2013		(7.964)
Outros		(2.075)
Resultado de equivalência ajustado	331.160	158.138

7.c) Informações adicionais sobre as principais empresas controladas operacionais

- SEPETIBA TECON S.A. ("Tecon")

Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres n.º 1 do Porto de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística S. A.. Os

serviços prestados são de operação de movimentação e estocagem de contêineres, produtos siderúrgicos e cargas em geral, entre outros produtos e serviço de lavagem, manutenção e higienização de contêineres.

A Tecon foi vencedora do leilão ocorrido em 3 de setembro de 1998 para assumir a concessão do terminal e tal concessão permite a exploração do referido terminal pelo prazo de 25 anos prorrogáveis por igual período.

Na extinção da concessão, retornarão à União todos os direitos e privilégios transferidos à Tecon, junto com os bens de propriedade da Tecon e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da Tecon depois de deduzidas as depreciações.

- **ESTANHO DE RONDÔNIA S.A. ("Ersa")**

Sediada no estado de Rondônia, a controlada opera duas unidades, sendo uma na cidade de Itapuã do Oeste e outra em Ariquemes. Em Itapuã do Oeste está sediada a mineração onde se extrai a cassiterita (minério de estanho) e em Ariquemes a fundição onde se obtém o estanho metálico que é matéria-prima utilizada na UPV para fabricação de folhas metálicas.

- **CIA. METALIC NORDESTE ("Metalic")**

Sediada em Maracanaú, Estado do Ceará, tem como objeto social a fabricação de embalagens metálicas destinadas, basicamente, à indústria de bebidas. Sua produção está voltada principalmente para o mercado norte e nordeste do Brasil, com oferta do excedente de tampas para o mercado externo.

Sua unidade operacional conta com duas linhas de produção distintas: latas, cuja matéria-prima é o aço revestido de estanho fornecido pela controladora e tampas cuja matéria-prima é o alumínio.

- **COMPANHIA METALÚRGICA PRADA ("Prada")**

Embalagens

A Prada atua na área de embalagens metálicas de aço, produzindo o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado.

Em 1 de agosto de 2014 a Prada subscreveu 10.820.723.155 ações ordinárias em sua controlada Companhia Brasileira de Latas ("CBL") que foram integralizadas mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) detidos pela Prada contra a CBL no montante de R\$108.207. Devido a esse aumento, a participação da Prada passou de 59,17% para 95,55% do capital social total da CBL.

Em 28 de agosto de 2014 a Prada adquiriu a totalidade das ações de emissão da CBL detidas pelos acionistas minoritários que representavam 4,45% do capital social pelo montante de R\$5 passando a deter 100% de participação no capital social da CBL.

Adicionalmente, a empresa Companhia de Embalagens Metálicas MMSA incorporou as empresas Empresa de Embalagens Metálicas - LBM Ltda., Empresa de Embalagens Metálicas - MUD Ltda. e Companhia de Embalagens Metálicas - MTM do Nordeste no decorrer do ano de 2014.

Assim como a Prada, a CBL também atua na fabricação de embalagens metálicas de aço, para o segmento alimentício e químico, fornecendo seus produtos para as principais empresas do mercado.

Distribuição

A Prada atua também na área de processamento e distribuição de aços planos, com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, blanks, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas, entre outros produtos, para os mais

diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. É também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo a demanda de empresas de todo o País.

- CSN CIMENTOS S.A. ("CSN Cimentos")

Sediada em Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo a fabricação e comercialização de cimento e utiliza como uma de suas matérias-primas a escória de alto-forno gerada no processo de produção de gusa da UPV. A CSN Cimentos iniciou suas operações em 14 de maio de 2009.

- CSN ENERGIA S.A.

Tem como objetivo principal a distribuição e comercialização do excedente de energia elétrica gerada pela CSN e por sociedades, consórcios ou outros empreendimentos nos quais a Companhia detenha participação.

- FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("FTL")

Sociedade criada com a finalidade de incorporar a parcela cindida da TLSA. Detém a concessão do serviço público de exploração do transporte ferroviário de cargas da malha nordeste do Brasil, compreendendo os trechos entre as cidades de São Luís a Mucuripe, Arrojado a Recife, Itabaiana a Cabedelo, Paula Cavalcante a Macau e Propriá a Jorge Lins ("Malha I")

Em 31 de dezembro de 2012, antes da cisão da TLSA, a Companhia detinha 100% da FTL, conforme demonstrado na tabela abaixo. Em dezembro de 2013, como parte do Contrato de Concessão da Malha Nordeste e novo acordo de acionistas da TLSA, houve uma cisão parcial da TLSA e FTL, no qual os ativos e passivos relacionados à Malha I foram transferidos para FTL e a TLSA manteve o controle da Malha II.

Devido essa operação, a FTL recebeu aumento de capital da TLSA e outro acionista da TLSA (Taquari Participações SA), no montante equivalente ao patrimônio líquido da Malha I da seguinte forma:

Empresa	Capital Social da FTL antes da Cisão da TLSA	%	Aumento de Capital	Capital Social da FTL após Cisão da TLSA	%
CSN	152.937	100%	153.305	306.242	88,41%
Taquari Participações			40.145	40.145	11,59%
Total	152.937	100%	193.450	346.387	100%

O aumento de capital na FTL foi resultado da cisão parcial da TLSA, e, assim, não teve efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Embora o percentual de participação da Companhia na FTL tenha diminuído, a Companhia ainda controla a FTL, que está totalmente consolidada em suas demonstrações financeiras.

7.d) Investimentos em empresas controladas em conjunto (*joint ventures*) e em operações em conjunto (*joint operations*)

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir:

Participação (%)	31/12/2014						31/12/2013					
	Joint-Venture			Joint-Operation			Joint-Venture			Joint-Operation		
	Nacional Minérios (*)	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	CGPAR	Nacional Minérios (*)	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	CGPAR
	60,00%	27,27%	50,00%	62,64%	48,75%	50,00%	60,00%	27,27%	50,00%	77,30%	48,75%	50,00%
Balanço Patrimonial												
Ativo circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	5.499.139	266.905	925	511.586	31.436	27.253	4.815.211	471.079	12.897	195.830	45.894	28.582
Adiantamento a fornecedores	250.469	13.994	98		364	337	423.246	8.423	69		499	552
Outros ativos circulantes	309.054	532.016	30.164	54.196	15.859	32.146	409.605	621.698	21.338	39.183	16.183	32.503
Total ativo circulante	6.058.662	812.915	31.187	565.782	47.659	59.736	5.648.062	1.101.200	34.304	235.013	62.576	61.637
Ativo não circulante												
Adiantamento a fornecedores	9.236.170						8.522.067					
Outros ativos não circulantes	129.504	503.849	86	253.307	32.371	85	171.393	414.624	4	229.280	34.029	11
Investimentos, Imobilizado e Intangível	1.431.643	5.867.645	6.083	5.750.208	568.883	63.557	1.356.909	5.281.642	6.872	5.080.841	603.268	45.405
Total ativo não circulante	10.797.317	6.371.494	6.169	6.003.515	601.254	63.642	10.050.369	5.696.266	6.876	5.310.121	637.297	45.416
Total do Ativo	16.855.979	7.184.409	37.356	6.569.297	648.913	123.378	15.698.431	6.797.466	41.180	5.545.134	699.873	107.053
Passivo circulante												
Empréstimos e financiamentos	368.818	382.332		187.331		25.520	42.247	333.796		97.681		20.053
Outros passivos circulantes	429.345	851.850	27.718	84.594	29.986	52.744	1.318.884	841.681	22.437	51.901	35.174	36.733
Total passivo circulante	798.163	1.234.182	27.718	271.925	29.986	78.264	1.361.131	1.175.477	22.437	149.582	35.174	56.786
Passivo não circulante												
Empréstimos e Financiamentos	29.541	2.657.635		4.223.796		23.443	339.961	2.566.412		3.479.420		21.664
Outros passivos não circulantes	243.231	444.379	2.674	3.172		8.551	86.694	390.228	10.050	201.900	1.870	18.956
Total passivo não circulante	272.772	3.102.014	2.674	4.226.968		31.994	426.655	2.956.640	10.050	3.681.320	1.870	40.620
Patrimônio líquido	15.785.044	2.848.213	6.964	2.070.404	618.927	13.120	13.910.645	2.665.349	8.693	1.714.232	662.829	9.647
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	16.855.979	7.184.409	37.356	6.569.297	648.913	123.378	15.698.431	6.797.466	41.180	5.545.134	699.873	107.053

Participação (%)	01/01/2014 a 31/12/2014						01/01/2013 a 31/12/2013					
	Joint-Venture			Joint-Operation			Joint-Venture			Joint-Operation		
	Nacional Minérios (*)	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	CGPAR	Nacional Minérios (*)	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	CGPAR
	60,00%	27,27%	50,00%	62,64%	48,75%	50,00%	60,00%	27,27%	50,00%	77,30%	48,75%	50,00%
Demonstrações de Resultados												
Receita Líquida	1.474.633	3.063.061	161.372	14	136.565	278.855	2.369.836	3.038.142	109.650	58.465	153.105	178.762
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(1.214.196)	(2.013.846)	(150.411)		(86.751)	(234.944)	(1.346.658)	(1.926.923)	(96.502)	(60.840)	(79.745)	(148.998)
Lucro Bruto	260.437	1.049.215	10.961	14	49.814	43.911	1.023.178	1.111.219	13.148	(2.375)	73.360	29.764
(Despesas) e Receitas Operacionais	(277.648)	(282.736)	(8.934)	(28.459)	(46.182)	(3.572)	(192.863)	(277.814)	(6.399)	(315.776)	(44.154)	(1.402)
Resultado Financeiro Líquido	1.651.891	(190.294)	69	(15.383)	2.972	(1.309)	1.621.386	(114.637)	751	(18.843)	1.266	306
Lucro antes do IR/CSL	1.634.680	576.185	2.096	(43.828)	6.604	39.030	2.451.701	718.768	7.500	(336.994)	30.472	28.668
IR / CSL correntes e diferidos	(512.913)	(196.792)	(946)		(2.279)	(13.030)	(1.543.876)	(245.748)	(2.584)	178.937	(10.263)	(9.614)
Lucro líquido do exercício	1.121.767	379.393	1.150	(43.828)	4.325	26.000	907.825	473.020	4.916	(158.057)	20.209	19.054

(*) Referem-se ao balanço e resultado consolidados da Nacional Minérios S. A.

Os valores do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício referem-se a 100% dos resultados das empresas.

• NACIONAL MINÉRIOS S.A. - ("Namisa")

Sediada em Congonhas, no estado de Minas Gerais, tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. Suas principais operações são desenvolvidas nos municípios de Congonhas, Ouro Preto, Itabirito e Rio Acima, no Estado de Minas Gerais, e em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro.

Em novembro de 2008, 40% do capital da Namisa passou a ser detido pela Big Jump Energy Participações S.A ("Big Jump"), cujos acionistas eram a Posco e a Brazil Japan Iron Ore Corp, ("BJIOC" ou "Consórcio"), um consórcio de empresas asiáticas formado pela Itochu Corporation, Nippon Steel, JFE Steel Corporation, Sumitomo Metal Industries Ltd., Kobe Steel Ltd. e Nisshin Steel Co. Ltd., passando a CSN a deter participação de 60% no capital.

Em 30 de julho de 2009 a Namisa incorporou a sua controladora Big Jump Energy Participações S.A., passando as empresas Posco e BJIOC a deter participação direta na Namisa. Em 2011, a Nippon Steel e a Sumitomo Metal Industries, até então integrantes da BJIOC, alienaram sua participação para os demais integrantes do Consórcio, o que foi seguido pela entrada de uma nova acionista, a China Steel Corp. ("CSC"). Após essas transações, a nova estrutura societária da Namisa passou a ter a seguinte configuração: CSN 60%, BJIOC 32,52%, Posco 6,48% e CSC 1%. A participação da CSN na Namisa não foi alterada como resultado de nenhum desses eventos.

Conforme o IFRS 10 item B55 ao avaliar se uma entidade tem o controle sobre a controlada, deve-se determinar se a investidora está exposta a, ou se tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada. O Acordo de Acionistas dá tanto ao consórcio como à CSN, por meio de direitos substantivos, o poder de interferir na condução normal dos negócios da Namisa, atuando ativamente nas definições do orçamento, políticas contábeis, gastos de capital, remuneração dos administradores, política de distribuição de dividendos, entre outros assuntos.

O referido Acordo de Acionistas prevê também que determinadas situações de impasse extremo não resolvidas entre os acionistas após procedimentos de mediação e negociação entre os diretores executivos das partes, podem ensejar o direito de a CSN exercer opção de compra e de o Consórcio exercer opção de venda da participação acionária detida pelo Consórcio na Namisa.

Outros contratos celebrados para viabilizar a referida associação, dentre eles o contrato de aquisição de ações e os contratos operacionais de longo prazo entre a Namisa, CSN e o Consórcio, prevêem determinadas obrigações de fazer que, se não cumpridas nem sanadas nos prazos previstos, podem ensejar, em situações específicas, o direito à parte prejudicada de exercer opção de venda ou de compra, conforme o caso, da participação acionária do Consórcio na Namisa.

A variação relevante no lucro líquido da Namisa em 2013 deve-se principalmente à adesão aos programas de Parcelamento trazidos pela Lei nº 12.865/13 e nº. 11.941/09, que gerou um efeito líquido negativo na controlada em conjunto no valor de R\$889.772, refletindo na controladora, via equivalência patrimonial, o valor de R\$533.863 referente a 60% de participação.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2014, os acionistas aprovaram redução do capital social da Companhia no valor de R\$777.930, sem cancelamento de ações. Ao final do prazo legal de 60 dias a contar da publicação da ata da assembleia, a redução do capital social da Companhia se tornará efetiva.

Nova aliança estratégica formada com o Consórcio Asiático.

Em 11 dezembro de 2014, o Conselho de Administração da CSN aprovou o estabelecimento de uma aliança estratégica com o Consórcio Asiático.

A transação consiste em uma *“joint venture”* entre a CSN e o Consórcio Asiático por meio da qual o Consórcio Asiático contribuirá sua participação de 40% na Namisa para a empresa Congonhas Minérios S.A. (“Congonhas Minérios”), uma subsidiária não operacional da CSN, e a CSN contribuirá a mina de minério de ferro Casa de Pedra, sua participação de 60% na Namisa, 8,63% de sua participação na MRS e ativos e direitos para administrar e operar a concessão relacionada ao Porto TECAR.

Considerando os aportes da CSN e do Consórcio Asiático na transação bem como ajustes decorrentes das negociações entre as partes, imediatamente após o fechamento a CSN e o Consórcio Asiático deterão, respectivamente, 88,25% e 11,75% do capital social da Congonhas Minérios em uma base livre de dívida e caixa. As participações finais serão determinadas considerando os ajustes de dívida, caixa e diferença de capital de giro no fechamento.

A transação também inclui um mecanismo de *“earn-out”*, o qual, no caso de um evento de liquidez qualificado que ocorra dentro de determinados parâmetros de valoração e dentro de um período de tempo acordado após o fechamento da operação, poderia diluir a participação do Consórcio na Congonhas Minérios de 11,75% até 8,21%.

O principal propósito da transação é o de capturar sinergias entre os negócios envolvidos nessa reorganização e gerar valor aos acionistas a fim de criar uma empresa de classe mundial. As principais sinergias identificadas estão relacionadas à otimização de procedimentos, eficiências na operação e redução de custos operacionais e expansão do capital.

Parte da produção de minério de ferro da Congonhas Minérios será vendida para os membros do Consórcio Asiático e para a CSN. Esses direitos serão refletidos em contratos de fornecimento de longo prazo.

O fechamento da transação está sujeito ao consenso entre as partes sobre um plano de negócios, a aprovações regulatórias de autoridades antitruste e de autoridades governamentais responsáveis pela regulação de direitos minerários, além de outras condições precedentes comuns nesse tipo de transação. A data de fechamento está prevista para ocorrer no final de 2015.

- ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ("ITASA")

A ITASA é uma sociedade anônima constituída em julho de 1996, que tinha por objetivo construir e, em regime de concessão compartilhada, explorar a Usina Hidrelétrica de Itá - UHE Itá, com 1.450 MW de potência instalada, localizada no rio Uruguai, fronteira dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dentre as atribuições da empresa, estava a contratação do fornecimento de bens e serviços necessários à realização do empreendimento e a obtenção de financiamento oferecendo as garantias correspondentes.

- MRS LOGÍSTICA S.A. ("MRS")

Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, privatizada em 20 de setembro de 1996.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía diretamente participação de 27,27% e indiretamente, por meio de sua controlada em conjunto Namisa, participação de 6% no capital social da MRS.

A MRS poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

- CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA

A Usina Hidrelétrica de Igarapava está localizada em Rio Grande na cidade de Conquista – MG e possui capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo.

A CSN detém 17,92% do investimento no consórcio, cujo objeto é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa.

O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2014 é de R\$28.250 (R\$29.417 em 31 de dezembro de 2013) e o valor da despesa em 2014 é R\$5.302 (R\$6.024 em 2013).

- CBSI - COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA ("CBSI")

O investimento é resultado de uma *joint operation* constituída entre a CSN e a CKLS Serviços Ltda. Situada na cidade de Araucária-PR, a CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas terceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros.

- CGPAR CONSTRUÇÃO PESADA S.A. ("CGPAR")

O investimento é resultado de uma *joint venture* constituída entre a CSN e a GPA Construção Pesada e Mineração Ltda. Sediada na cidade de Belo Horizonte/MG, a CGPAR possui como principais atividades a prestação de serviços relacionados ao apoio à extração de minério de ferro, terraplanagem, movimentação de terras e construção de barragens.

- TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("TLSA")

Tem como objetivo principal a exploração e o desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha nordeste do Brasil, compreendendo os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém ("Malha II").

Em 20 de setembro de 2013, a TLSA celebrou (i) Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Malha Nordeste, que compreende os trechos entre as cidades de São Luís a Mucuripe, Arrojado a Recife, Itabaiana a Cabedelo, Paula Cavalcante a Macau e Propriá a Jorge Lins ("Malha I") e de Missão Velha a Salgueiro, Salgueiro a Trindade, Trindade a Eliseu Martins, Salgueiro a Porto de Suape e Missão Velha a Porto de Pecém ("Malha II") para nele incluir as obrigações assumidas pela TLSA relativas à implantação da Malha II, bem como a readequação dos trechos que a compõem e (ii) Termo de Ajustamento de Conduta entre a ANTT e a TLSA, com a finalidade de sanar as pendências existentes entre as partes.

Também foram assinados naquela data (i) um novo Acordo de Acionistas da TLSA entre CSN, Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. ("Valec"), Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE ("FDNE") e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("BNDESPAR"), com a interveniência da TLSA, cuja eficácia ficava condicionada à cisão desproporcional da TLSA, que seria implementada nos termos da Resolução ANTT nº 4.042/2013; e (ii) Acordo de Investimentos entre CSN, Valec e FDNE, com a interveniência da TLSA, que, além de outros temas, trata do novo orçamento e das fontes de recursos que precisarão ser aportados na TLSA ou financiados para a implantação da Malha II.

Em 27 de dezembro de 2013, dando prosseguimento ao processo de reorganização acima descrito, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão desproporcional da TLSA, efetivando-se a segregação dos ativos da Malha I e Malha II.

Essa reestruturação teve por objetivo o reequilíbrio econômico-financeiro da concessão da Malha Nordeste, levando à prorrogação do período de concessão para exploração dos serviços da Malha II, que poderá chegar até 2057, e a segregação de ativos ligados à Malha I, os quais foram incorporados pela controlada FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL") com a manutenção, na TLSA de ativos correspondentes à Malha II.

Em razão disto, a TLSA procedeu à avaliação do desempenho futuro dos seus ativos operacionais relacionados à Malha I (em operação). A análise resultou no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável de R\$279.296, reconhecida na rubrica "Outras despesas operacionais" na controlada e no consolidado de R\$216.446, em 2013. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. A taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso foi de 9,15% ao ano.

Em decorrência da cisão a CSN passou a deter 88,41% de participação na FTL e 77,30% de participação na TLSA, em 31 de dezembro de 2013.

Com a efetivação da cisão, o novo Acordo de Acionistas se tornou eficaz, passando o controle a ser compartilhado com acionistas integrantes do bloco público, que passaram a deter direitos substantivos sobre certas decisões relevantes da empresa e interferir na condução normal dos negócios, assim como a CSN, atuando nas definições do orçamento, políticas internas, gastos de capital, endividamento, entre outros, caracterizando, desta forma, a perda do controle pela CSN, de acordo com as regras específicas do IFRS.

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o IFRS 10, correspondente ao CPC 36(R3) a CSN reverteu todos os ativos e passivos da TLSA e participações de não controladores e passou a registrar a participação remanescente neste investimento pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Após este reconhecimento inicial, o investimento passa a ser apurado pelo método de equivalência patrimonial.

O valor justo do investimento remanescente na TLSA foi determinado de acordo com o IFRS 13 - Mensuração do valor justo. A Companhia utilizou a técnica de receita estimada para determinar o valor justo dos fluxos de caixa futuros de investimentos, receita líquida e as despesas obtidas a partir da operação da Malha II, com base no seu plano de negócios para TLSA, que incluiu a capacidade dos volumes dos produtos, preços, condições de mercado, etc.. Adicionalmente, a Companhia considerou na determinação do valor justo o seguinte: (i) contrato de concessão da TLSA expira em 2057, (ii) a taxa de retorno estabelecida no contrato de concessão da TLSA não pode exceder 6,75% ao ano mais a inflação, calculada

pelo IPCA, durante a vigência da concessão, e (iii) no caso da taxa de retorno atingir o limite da taxa de concessão antes de 2057, o contrato de concessão vai expirar naquele momento.

O ganho gerado pela perda de controle no investimento reconhecido no resultado em outras receitas operacionais em 2013 pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	Controladora
	31/12/2013	31/12/2013
(+) Valor justo do investimento remanescente	1.984.204	1.984.204
(-) Valor contábil dos ativos líquidos	1.899.438	1.510.305
(+) Valor contábil de não controladores	389.133	
Ganho na perda de controle na Transnordestina	473.899	473.899
(-) Imposto de renda e contribuição social	161.126	161.126
Ganho na perda de controle, líquido de imposto de renda e contribuição social (*)	312.773	312.773

(*) a mais valia será amortizada mensalmente a partir da conclusão da obra até a data final da concessão.

Em abril de 2014 os acionistas da TLSA aprovaram um aumento de capital no montante de R\$400.000, com a emissão de 7.278.020 ações preferenciais de classe "A", as quais foram totalmente subscritas pela acionista Valec, e integralizadas mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) detidos pela referida acionista contra a TLSA. Devido a esse aumento, a CSN deixou de ter 77,30% de participação no capital, passando a ter 62,68% do capital social total da TLSA.

Em outubro de 2014 o BNDES exerceu sua opção de compra de ações da TLSA, conforme Termo de Compromisso celebrado entre as partes, adquirindo 13.174 ações ordinárias detidas pela CSN pelo montante de R\$13. Devido a essa transação, a CSN passou a deter 62,64% do capital social da TLSA. Em decorrência das operações descritas acima que ocasionaram a variação na participação no ano de 2014, a Companhia registrou um ganho no montante de R\$647 registrado no patrimônio líquido.

7.e) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior

- STAHLWERK THÜRINGEN GMBH ("SWT")

A SWT foi constituída em 1992, a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhütte, na cidade de Unterwellenborn na Alemanha, produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade. Sua principal matéria-prima é a sucata de aço, e sua capacidade instalada de produção é de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano. A SWT é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Steel, subsidiária da CSN.

- COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL – LLC ("CSN LLC")

Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., sediada em Wilmington, no Estado de Delaware - EUA, possui planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização. A CSN LLC é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Americas, subsidiária da CSN.

- LUSOSIDER AÇOS PLANOS, S.A. ("Lusosider")

Constituída em 1996, em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano, a Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A Empresa dispõe, em Paio Pires, de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e oleada. Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

7.f) Outros investimentos

- PANATLÂNTICA S. A. (“Panatlântica”)

Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento é classificado como disponível para venda e é avaliado a valor justo.

A Companhia detém atualmente 11,40% (9,41% em 31 de dezembro de 2013) do capital social total da Panatlântica.

- Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS (“USIMINAS”)

A USIMINAS com matriz em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga/MG e Cubatão/SP respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação. Também possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itaúna/MG, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A USIMINAS mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do País, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

Em 09 de abril de 2014, o CADE emitiu sua decisão sobre o assunto e um termo de compromisso (Termo de Compromisso de Desempenho), ou TCD, foi firmado entre o CADE e a CSN. Nos termos da decisão do CADE e do TCD, a CSN deve reduzir sua participação na Usiminas, dentro de um prazo especificado. O prazo e o percentual de redução são confidenciais. Além disso, os direitos políticos na Usiminas continuarão suspensos até que a Companhia alcance os limites estabelecidos no TCD.

A Companhia continuará avaliando alternativas estratégicas com relação ao seu investimento na Usiminas.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a participação da Companhia no capital da Usiminas era de 14,13% nas ações ordinárias e 20,69% nas ações preferenciais.

A USIMINAS é listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBovespa”): USIM3 e USIM5).

- ARVEDI METALFER DO BRASIL S.A. (“Arvedi”)

Empresa com foco na produção de tubos, com sede em Salto-SP. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a CSN possuía 20,00% de participação no capital social da Arvedi.

8. IMOBILIZADO

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	213.301	1.826.519	7.782.833	34.127	4.771.635	283.011	14.911.426
Custo	213.301	2.196.994	12.968.200	151.479	4.771.635	627.845	20.929.454
Depreciação acumulada		(370.475)	(5.185.367)	(117.352)		(344.834)	(6.018.028)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	213.301	1.826.519	7.782.833	34.127	4.771.635	283.011	14.911.426
Efeito de variação cambial	27	1.449	13.383	(34)	(158)	1.425	16.092
Aquisições	108	1.818	451.879	6.377	1.348.484	39.830	1.848.496
Juros capitalizados (Notas 23 e 30)					165.789		165.789
Baixas	(105)	(39)	(7.041)	(4)	(7.950)	(93)	(15.232)
Depreciação		(79.406)	(1.115.589)	(6.445)		(36.923)	(1.238.363)
Transferência para outras categorias de ativos	3.127	682.109	3.396.024	2.589	(4.010.497)	(73.352)	
Transferências para intangível				16	(20.743)	(919)	(21.646)
Outros			(21.813)	7	(2.593)	(18.023)	(42.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	216.458	2.432.450	10.499.676	36.633	2.243.967	194.956	15.624.140
Custo	216.458	3.021.437	16.791.750	167.410	2.243.967	414.276	22.855.298
Depreciação acumulada		(588.987)	(6.292.074)	(130.777)		(219.320)	(7.231.158)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	216.458	2.432.450	10.499.676	36.633	2.243.967	194.956	15.624.140

	Controladora						
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	107.475	1.225.222	6.355.738	26.409	4.345.142	358.109	12.418.095
Custo	107.475	1.390.013	10.423.838	129.930	4.345.142	467.481	16.863.879
Depreciação acumulada		(164.791)	(4.068.100)	(103.521)		(109.372)	(4.445.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	107.475	1.225.222	6.355.738	26.409	4.345.142	358.109	12.418.095
Aquisições		685	398.142	5.648	1.161.916	29.659	1.596.050
Juros capitalizados (Notas 23 e 30)					165.789		165.789
Baixas			(6.263)	(13)	(7.196)	(2)	(13.474)
Depreciação		(49.868)	(948.438)	(4.627)		(12.142)	(1.015.075)
Transferências para outras categorias de ativos	2.706	610.533	3.083.678	1.617	(3.524.562)	(173.972)	
Transferência para intangível					(20.984)		(20.984)
Outros			(787)	2	(2.008)	(18.314)	(21.107)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	110.181	1.786.572	8.882.070	29.036	2.118.097	183.338	13.109.294
Custo	110.181	2.003.303	13.877.027	136.041	2.118.097	301.835	18.546.484
Depreciação acumulada		(216.731)	(4.994.957)	(107.005)		(118.497)	(5.437.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	110.181	1.786.572	8.882.070	29.036	2.118.097	183.338	13.109.294

(*) Referem-se substancialmente a ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos e dormentes e benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares, minas e jazidas e almoxarifados de reposição.

Segue abertura dos projetos que compõem as obras em andamento:

	Descrição do projeto	Data de início	Data de conclusão	Consolidado	
				31/12/2014	31/12/2013
Logística					
	Equalização do Berço 301.	2012	2014		151.932
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			45.522	231.832
				45.522	383.764
Mineração					
	Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra.	2007	2015/2016 ⁽¹⁾	462.075	1.090.568
	Expansão da capacidade de exportação do TECAR.	2009	2017 ⁽²⁾	332.394	404.374
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			60.236	42.866
				854.705	1.537.808
Siderurgia					
	Implementação da fábrica de aços longos para a produção de vergalhão e fio máquina.	2008	2014 ⁽³⁾	95.991	1.592.016
	Implantação de sistema para recuperação da pressão do gás do AF#3.	2006	2015	1.140	74.337
	Expansão do centro de serviços/Mogi.	2013	2015 ⁽⁴⁾	46.993	11.000
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			159.499	668.495
				303.623	2.345.848
Cimentos					
	Construção das fábricas de cimento.	2011	2016 ⁽⁵⁾	1.030.938	476.076
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			9.179	28.139
				1.040.117	504.215
Total Obras em andamento				2.243.967	4.771.635

(1) Data prevista para conclusão da Planta Central Etapa 1 e Separadores Magnéticos;

(2) Data prevista para conclusão da fase 60 Mtpa;

(3) Operações iniciadas no 1º semestre de 2014, em andamento negociações com adiantamento de novas plantas;

(4) Data prevista para conclusão do Centro de Serviços/Mogi;

(5) Data prevista para conclusão da unidade de Minas Gerais.

Dada a necessidade de revisão das vidas úteis, no mínimo a cada exercício, a administração realizou em 2014 a revisão para todas as unidades da Companhia. Devido ao investimento corrente em manutenção nos equipamentos do parque fabril, o trabalho de revisão de vida útil constatou um alongamento no prazo de vida útil das máquinas e equipamentos. Dessa forma, as vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Edificações	43	43	42	41
Máquinas, equipamentos e instalações	18	14	18	13
Móveis e utensílios	10	11	11	11
Outros	29	26	13	18

8.a) Juros Capitalizados

Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$165.789 em 31 de dezembro de 2014 no consolidado e controladora (em 31 de dezembro de 2013, R\$490.747 no consolidado e R\$309.073 na controladora). Esses custos são apurados, basicamente, para os projetos de cimento, mineração e aços longos que referem substancialmente a: (i) nova planta integrada de cimento (MG); (ii) expansão da Casa de Pedra; (iii) usina de aços longos em Volta Redonda (RJ), vide notas 23 e 29.

Abaixo estão demonstradas as taxas utilizadas para as capitalizações dos custos de empréstimos:

Taxas	31/12/2014	31/12/2013
Projetos específicos		TJLP + 1,3% até 3,2% UM006 + 2,7%
Projetos não específicos	10,03%	8,35%

8.b) Despesa de Depreciação:

As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custo de Produção	1.222.302	1.068.156	1.006.971	879.984
Despesa Vendas	9.066	8.248	6.955	6.385
Despesa Gerais e Administrativas	13.763	17.426	8.972	9.191
	1.245.131	1.093.830	1.022.898	895.560
Outras operacionais (*)	36.354	61.763	714	28.287
	1.281.485	1.155.593	1.023.612	923.847

(*) Refere-se a depreciação de equipamentos paralisados e amortização de ativos intangíveis, vide nota 22.

8.c) Direitos Minerários:

A mina de Casa de Pedra é um ativo pertencente à CSN, que tem o direito exclusivo de explorar essas minas. As atividades de mineração de Casa de Pedra são baseadas no "Manifesto de Mina", que confere à CSN plena propriedade sobre os depósitos minerais existentes dentro dos limites de sua propriedade.

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo do imobilizado líquido de Casa de Pedra era de R\$3.452.947 (R\$3.277.205 em 31 de dezembro de 2013).

9. INTANGÍVEL

	Consolidado						Controladora		
	Ágio	Relações com Clientes	Software	Marcas e patentes	Outros	Total	Ágio	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	407.434	381.480	67.354	109.035	137	965.440	13.091	63.378	76.469
Custo	666.768	415.899	107.416	109.035	137	1.299.255	14.135	89.255	103.390
Amortização acumulada	(150.004)	(34.419)	(40.062)			(224.485)	(1.044)	(25.877)	(26.921)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)					(109.330)			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	407.434	381.480	67.354	109.035	137	965.440	13.091	63.378	76.469
Efeito de variação cambial		(1.060)	5	17		(1.038)			
Aquisições e gastos			727			727			
Transferência do imobilizado			21.598		48	21.646		20.984	20.984
Amortização		(33.305)	(9.817)			(43.122)		(8.537)	(8.537)
Outras movimentações									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	407.434	347.115	79.867	109.052	185	943.653	13.091	75.825	88.916
Custo	666.768	415.964	153.080	109.052	185	1.345.049	14.135	110.241	124.376
Amortização acumulada	(150.004)	(68.849)	(73.213)			(292.066)	(1.044)	(34.416)	(35.460)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)					(109.330)			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	407.434	347.115	79.867	109.052	185	943.653	13.091	75.825	88.916

O prazo de vida útil estimada para o exercício corrente são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Software	5	5	5	5
Relações com clientes	13	13		

• Teste para verificação de *impairment* do ágio e marcas e patentes

Com o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais da CSN os quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos em que o ágio é monitorado pela alta administração da Companhia, nunca acima dos Segmentos Operacionais.

Unidade Geradora de Caixa	Segmento	31/12/2014	31/12/2013	Investidora
Embalagens (*)	Siderurgia	158.748	158.748	CSN
Aços planos	Siderurgia	13.091	13.091	CSN
Aços longos	Siderurgia	344.647	344.630	CSN Steel S.L.
		516.486	516.469	

(*) O ágio da UGC (Unidade Geradora de Caixa) Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) registrada em 2011 na linha de outras receitas e despesas operacionais da demonstração do resultado do exercício no montante de R\$60.861. Durante o 4º trimestre de 2013, a Companhia identificou novamente a necessidade de reduzir o valor recuperável do ágio da UGC Embalagens e contabilizou o valor de R\$48.469.

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") é determinado com base em cálculos do valor em uso.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2014 são as que seguem:

	Aços Planos	Aços Longos
Margem bruta (i)	Média da Margem Bruta de cada Unidade Geradora de Caixa baseada no histórico e no forecast para os próximos 3 anos. Curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais utilizadas como premissa de longo prazo;	Com base no forecast para os próximos 3 anos, curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo e considerando o ramp up do volume de produção após o início das operações da planta;
Atualização dos custos	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;
Taxa de crescimento (ii)	Taxa de crescimento médio de 2,0% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado;	Taxa de crescimento médio de 2,0% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado;
Taxa de desconto (iii)	Taxa de desconto de 8,07 % a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Taxa de desconto de 7,6 % a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

(i) Margem bruta orçada.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de três anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de três anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual atua a Unidade Geradora De Caixa ("UGC").

Para a UGC Embalagem, foi utilizada a metodologia do valor justo dos ativos, por meio da contratação de empresa especializada em avaliação de ativos tangíveis.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que se encontram registrados ao custo amortizado, são conforme abaixo:

	Taxas a.a. (%)	Consolidado				Controladora			
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
MOEDA ESTRANGEIRA									
Pré-Pagamento	1% até 3,5%	346.719	105.874	2.338.327	1.166.615	76.642	105.874	2.323.290	1.166.615
Pré-Pagamento	3,51% até 7,5%	12.411	207.331	1.713.249	1.276.717	158.915	343.912	6.869.730	4.084.099
Bônus Perpétuos	7%	3.615	3.189	2.656.200	2.342.600				
Fixed Rate Notes	4,14% até 10%	1.236.634	156.868	4.996.352	5.505.110	1.187.610	19.439	1.593.720	2.433.517
Intercompany	Libor 6M + 2,25% e 3%					73.839	737.297	910.983	110.268
Outros	1,2% até 8%	51.634	61.662	387.240	442.843		11.334		
		1.651.013	534.924	12.091.368	10.733.885	1.497.006	1.217.856	11.697.723	7.794.499
MOEDA NACIONAL									
BNDES/FINAME	TJLP + 1,5% até 3,2% e Fixa 2,5% até 10%	85.373	97.044	965.849	962.684	48.308	57.759	879.681	853.379
Debêntures	105,8% até 111,2% CDI	847.411	846.387	1.550.000	1.932.500	847.411	846.387	1.550.000	1.932.500
Pré-Pagamento	106,5% até 110,79% CDI e fixa de 8%	118.870	101.330	5.345.000	5.345.000	93.087	79.302	3.345.000	3.345.000
CCB	112,5% CDI	101.841	1.085.436	7.200.499	6.200.000	101.841	1.085.436	7.200.000	6.200.000
Intercompany	110,79% CDI					148.686	591.423	1.759.474	1.338.771
Outros		9.422	8.527	11.549	15.505	2.258	2.119		2.118
		1.162.917	2.138.724	15.072.897	14.455.689	1.241.591	2.662.426	14.734.155	13.671.768
Total de Empréstimos e Financiamentos		2.813.930	2.673.648	27.164.265	25.189.574	2.738.597	3.880.282	26.431.878	21.466.267
Custos de Transação e Prêmios de Emissão		(23.406)	(30.841)	(71.410)	(85.951)	(18.362)	(25.588)	(61.966)	(71.607)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação		2.790.524	2.642.807	27.092.855	25.103.623	2.720.235	3.854.694	26.369.912	21.394.660

Os saldos de pré-pagamentos com partes relacionadas da controladora totalizam R\$5.302.985 em 31 de dezembro de 2014 (R\$2.943.964 em 31 de dezembro de 2013) e os saldos de *Fixed Rate Notes* e *Intercompany Bonds* totalizam R\$2.781.330 em 31 de dezembro de 2014 (R\$2.452.956 em 31 de dezembro de 2013), vide nota 17b.

• Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
2016	2.905.794	11%	4.194.943	16%
2017	4.170.116	15%	3.993.645	15%
2018	4.527.879	17%	4.214.898	16%
2019	6.033.723	22%	4.588.563	17%
2020	5.089.253	19%	2.680.016	10%
Após 2021	1.781.300	6%	6.759.813	26%
Bônus Perpétuos	2.656.200	10%		
	27.164.265	100%	26.431.878	100%

- **Captações dos empréstimos e amortizações, financiamentos e debêntures**

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício corrente:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	27.746.430	29.304.704	25.249.354	24.139.992
Captações	1.907.479	1.697.363	3.401.090	1.363.253
Amortizações	(3.689.287)	(4.300.240)	(3.423.072)	(3.991.884)
Perda de controle na Trasnordestina		(3.180.821)		
Outros (*)	3.918.757	4.225.424	3.862.775	3.737.993
Saldo final	29.883.379	27.746.430	29.090.147	25.249.354

(*) Inclusos variações cambiais e monetárias não realizadas.

Os contratos de empréstimo e financiamento da Companhia prevêem cláusulas restritivas, usuais em contratos desta natureza, e que se encontram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2014.

- **Debêntures**

Sétima emissão

Em março de 2014 a Companhia emitiu 40.000 debêntures em série única, quirografárias e não conversíveis, ao valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$400.000, com juros remuneratórios de 111,20% a.a do CDI Cetip com vencimento final em março de 2021, com opção de resgate antecipado.

- **Garantias Concedidas**

As garantias concedidas em razão dos empréstimos constituem-se de bens do imobilizado, avais e fianças e não contemplam garantias concedidas para empresas controladas e controladas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo totaliza R\$2.256 (R\$4.234 em 31 de dezembro de 2013).

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap cambial e swap de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

• Classificação de instrumentos financeiros

Consolidado	Notas	31/12/2014					31/12/2013				
		Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado	Saldos	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado	Saldos
Ativo											
Circulante											
Caixa e Equivalente de Caixa	3			8.686.021		8.686.021			9.995.672		9.995.672
Contas a Receber Líquidas	4			1.650.967		1.650.967			1.733.641		1.733.641
Instrumentos financeiros derivativos	6		174.611			174.611		9.681			9.681
Títulos para negociação	6		13.798			13.798		9.906			9.906
Total			188.409	10.336.988		10.525.397		19.587	11.729.313		11.748.900
Não Circulante											
Outros títulos a receber	6			1.347		1.347			9.970		9.970
Investimentos		1.441.032				1.441.032	2.405.174				2.405.174
Instrumentos financeiros derivativos	6							3.879			3.879
Aplicações Financeiras				34.874		34.874			30.756		30.756
Total		1.441.032		36.221		1.477.253	2.405.174	3.879	40.726		2.449.779
Total Ativo		1.441.032	188.409	10.373.209		12.002.650	2.405.174	23.466	11.770.039		14.198.679
Passivo											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	10				2.813.930	2.813.930				2.673.648	2.673.648
Instrumentos financeiros derivativos	12		65			65		6.822			6.822
Fornecedores					1.638.505	1.638.505				1.102.037	1.102.037
Dividendos e JCP					277.097	277.097				2.036	2.036
Total			65		4.729.532	4.729.597		6.822		3.777.721	3.784.543
Não Circulante											
Empréstimos e financiamentos	10				27.164.265	27.164.265				25.189.574	25.189.574
Instrumentos financeiros derivativos	12		21.301			21.301		17.375			17.375
Total			21.301		27.164.265	27.185.566		17.375		25.189.574	25.206.949
Total Passivo			21.366		31.893.797	31.915.163		24.197		28.967.295	28.991.492

• Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo requerem divulgação das mensurações do valor justo em três níveis de hierarquia.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- Nível 2: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado utilizando um método de avaliação:

Consolidado	31/12/2014				31/12/2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos
Ativo								
Circulante								
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		174.611		174.611		9.681		9.681
Títulos para negociação	13.798			13.798	9.906			9.906
Não Circulante								
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Investimentos	1.441.032			1.441.032	2.405.174			2.405.174
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos						3.879		3.879
Total Ativo	1.454.830	174.611		1.629.441	2.415.080	13.560		2.428.640
Passivo								
Circulante								
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		65		65		6.822		6.822
Não Circulante								
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		21.301		21.301		17.375		17.375
Total Passivo		21.366		21.366		24.197		24.197

II – Investimentos em títulos classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

Consistem, principalmente, em investimentos em ações adquiridas no Brasil de empresas de primeira linha, os quais estão registrados no ativo não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados no patrimônio líquido, onde permanecerão até a efetiva realização dos títulos, ou quando uma eventual perda for considerada irrecuperável.

Perda (impairment) de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia possui investimentos em ações ordinárias (USIM3) e preferenciais (USIM5) da Usiminas (“Ações Usiminas”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo (fair value), baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (BM&FBovespa).

Considerando a volatilidade nas cotações das Ações Usiminas, a Companhia avalia se na data de fechamento das demonstrações financeiras, existem evidências objetivas de perda no valor recuperável desses ativos financeiros, ou seja, a administração da Companhia avalia se a queda no valor de mercado das ações Usiminas deve ser considerada significativa ou prolongada. Esta avaliação, por sua vez, exige julgamento com base em política da CSN, elaborada segundo práticas usadas no mercado nacional e internacional, e consiste na análise, instrumento por instrumento, baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que um instrumento demonstra uma queda superior a 20% no seu valor de mercado ou a partir de uma queda significativa do valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses.

Em 30 de junho de 2014 e de 2013, houve declínio na cotação das ações ordinárias (USIM3), o qual, de acordo com a política contábil da Companhia, gerou uma perda no valor de R\$34.396 e R\$3.302, líquido de imposto de renda e contribuição social, sendo registrado o montante de R\$52.115 e R\$5.002 em outras despesas operacionais e R\$17.719 e R\$1.701 em impostos diferidos, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2014, após novo declínio na cotação das ações ordinárias (USIM3) em relação à cotação de 30 de junho de 2014, a Companhia reclassificou as perdas acumuladas no trimestre registradas em outros resultados abrangentes, no valor de R\$13.193, líquido de imposto de renda e contribuição social, para o resultado do período, no montante de R\$19.989 em outras despesas operacionais e R\$6.796 em impostos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2014 houve declínio na cotação das ações preferenciais (USIM5) em relação a cotação de 30 de junho de 2012. Desta forma, a Companhia reclassificou as perdas acumuladas registradas em outro resultado abrangente, no valor de R\$87.711, líquido de imposto de renda e contribuição social, sendo registrado o montante de R\$132.896 em outras despesas operacionais e R\$45.185 em impostos diferidos, respectivamente, totalizando no exercício de 2014 o montante de R\$205.000 em outras despesas operacionais e R\$69.700 em impostos diferidos

A partir de então, de acordo com a política da Companhia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados em outros resultados abrangentes.

- **Riscos de preço de mercado de ações**

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos e classificados como disponíveis para venda.

A Companhia considera como cenário provável os valores registrados a mercado em 31 de dezembro de 2014, líquido de imposto no montante de R\$273.433. Desta maneira, não há impacto sobre os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda.

De acordo com as políticas contábeis da Companhia, as variações negativas no investimento da Usiminas, quando consideradas significativas (impairment), são registradas no resultado, e as positivas em resultado abrangente até a realização do investimento.

III - Políticas de Instrumentos Financeiros:

11.a) Gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto.

11.b) Utilização de derivativos de proteção

A política financeira da Companhia reflete os parâmetros de liquidez, risco de crédito e de mercado aprovados pelo comitê de auditoria e conselho de administração. A utilização de instrumentos derivativos com objetivo de evitar que flutuações de taxas de juros e taxas de câmbio tenham impacto negativo sobre o balanço patrimonial e demonstração de resultados da empresa deve observar estes mesmos parâmetros. Nos termos das normas internas, esta política de investimentos financeiros foi aprovada e é administrada pela diretoria financeira.

A Diretoria rotineiramente apresenta e discute, nas reuniões de Diretoria Executiva e Conselho de Administração, as posições financeiras da Companhia. Nos termos do estatuto social, operações de valores expressivos requerem aprovação prévia dos órgãos da administração. A utilização de outros instrumentos derivativos está condicionada à aprovação prévia do Conselho de Administração.

Para financiar suas atividades a Companhia recorre ao mercado financeiro de capitais, tanto local quanto internacional e em função do perfil de endividamento que busca, parte da dívida está atrelada a moeda estrangeira, substancialmente ao dólar norte-americano, o que motiva buscar proteção para fluxos de caixa advindos do endividamento através de instrumentos financeiros derivativos.

Para contratar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dentro da estrutura de controles internos, são adotadas as seguintes políticas:

- apuração contínua da exposição cambial que ocorre por meio do levantamento dos ativos e passivos expostos a moeda estrangeira, dentro dos seguintes termos: (i) contas a receber e a pagar em moeda estrangeira; (ii) disponibilidades e dívida em moeda estrangeira considerando, inclusive, a maturidade dos ativos e passivos expostos a oscilação cambial; (iii) instrumentos financeiros diversos, tais como instrumentos derivativos (swap, dólar x real, euro x dólar, contratos futuros de câmbio e *hedge accounting*);
- realização de operações de derivativos de proteção somente com bancos de primeira linha, diluindo o risco de crédito pela diversificação destes bancos.
- apresentação da posição financeira e exposição cambial, rotineiramente, em reuniões de diretoria executiva e do conselho de administração que aprovam a estratégia de proteção;

11.c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em Dólar e Euro ficando assim com sua exposição cambial líquida, que é efetivamente o risco de exposição em moeda estrangeira, conforme mencionado acima.

• Exposição cambial

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	
Exposição Cambial	(Valores em US\$ mil)	(Valores em €\$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	2.943.232	4.957
Contas a receber	203.029	9.959
Empréstimos intercompany	137.082	
Outros Ativos	221	11.980
Total ativo	3.283.564	26.896
Empréstimos e financiamentos	(4.999.530)	(121.203)
Fornecedores	(218.366)	(5.787)
Empréstimos intercompany	(17.038)	
Outros Passivos	(18.516)	(43.629)
Total passivo	(5.253.450)	(170.619)
Exposição cambial	(1.969.886)	(143.723)
Nocional de derivativos contratados líquidos	1.228.000	(90.000)
Hedge accounting de fluxo de caixa	775.000	
Exposição cambial líquida	33.114	(233.723)

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

• Transações de swap

A Companhia realiza operações com swap cambial com o intuito de proteger seus ativos e passivos de eventuais oscilações da paridade dólar/real. A referida proteção via swap cambial proporciona à Companhia, através da ponta ativa do contrato, o ganho do FRA (Forward Rate Agreement) de cupom cambial, que ao mesmo tempo melhora nossas taxas de aplicação e reduz o custo de nossas captações no mercado internacional.

Em 31 de dezembro de 2014, a posição consolidada desses contratos era a seguinte:

Contrapartes	Vencimento da operação	Moeda Ncional	Nocional	31/12/2014			Nocional	31/12/2013			Efeito no resultado financeiro em 2014
				Valorização (R\$)		Valor a Receber / (Pagar)		Valorização (R\$)		Valor a Receber / (Pagar)	
				Posição Ativa	Posição Passiva			Posição Ativa	Posição Passiva		
Santander	02/01/15	Dólar	10.000	30.414	(25.068)	5.346	10.000	26.512	(22.633)	3.879	1.467
Goldman Sachs		Dólar					10.000	23.697	(22.799)	898	(1.434)
HSBC		Dólar					90.000	213.306	(205.171)	8.135	(13.376)
Deutsche		Dólar									608
Total swap cambial dólar x CDI			10.000	30.414	(25.068)	5.346	110.000	263.515	(250.603)	12.912	(12.735)
Itaú BBA	05/01/2015 à 05/02/2015	Dólar	340.000	900.795	(845.425)	55.370	85.000	199.753	(199.844)	(91)	72.922
HSBC	05/01/2015 à 05/02/2015	Dólar	568.000	1.502.936	(1.430.394)	72.542	208.000	488.843	(489.349)	(506)	99.426
HSBC	30/1/2015	Dólar	10.000	26.416	(26.481)	(65)					(65)
Deutsche Bank	05/01/2015 à 05/02/2015	Dólar	140.000	370.134	(361.327)	8.807					21.157
Goldman Sachs	06/01/2015 à 03/02/2015	Dólar	130.000	344.207	(329.258)	14.949					14.949
Santander	03/02/15	Dólar	30.000	79.224	(77.576)	1.648					1.648
BTG Pactual		Dólar									3.565
Total swap cambial (NDF) dólar x real			1.218.000	3.223.712	(3.070.461)	153.251	293.000	688.596	(689.193)	(597)	213.602
Itaú BBA	09/01/15	Euro	60.000	197.366	(192.888)	4.478	30.000	94.858	(96.632)	(1.774)	18.375
HSBC	09/01/15	Euro	30.000	98.688	(96.444)	2.244	30.000	94.900	(96.632)	(1.732)	14.681
Goldman Sachs		Euro					30.000	94.880	(96.632)	(1.752)	341
Total swap cambial (NDF) dólar x euro			90.000	296.054	(289.332)	6.722	90.000	284.638	(289.896)	(5.258)	33.397
DB	30/1/2015 à 06/3/2015	Dólar	30.604	81.343	(77.054)	4.289	11.801	27.878	(27.861)	17	3.667
Banco Novo	30/4/2015	Dólar	18.009	47.866	(46.481)	1.385					1.385
BNPP	15/1/2015 à 06/07/2015	Dólar	31.516	83.768	(80.215)	3.553					3.553
Total swap cambial dólar x euro			80.129	212.977	(203.750)	9.227	11.801	27.878	(27.861)	17	8.605
CSFB		Dólar					21.500	36.526	(36.862)	(336)	(943)
Total swap taxa de juros Libor x CDI							21.500	36.526	(36.862)	(336)	(943)
Itaú BBA	01/03/16	Real	150.000	168.496	(177.265)	(8.769)	150.000	152.610	(159.712)	(7.102)	(1.667)
HSBC	05/02/16 a 01/03/16	Real	185.000	206.843	(218.768)	(11.925)	185.000	187.395	(197.157)	(9.762)	(2.163)
Deutsche Bank	01/03/16	Real	10.000	11.167	(11.774)	(607)	10.000	10.114	(10.625)	(511)	(96)
Total swap taxa de juros Pré x CDI			345.000	386.506	(407.807)	(21.301)	345.000	350.119	(367.494)	(17.375)	(3.926)
				4.149.663	(3.996.418)	153.245		1.651.272	(1.661.909)	(10.637)	238.000

11.d) Transações com Instrumentos Financeiros Derivativos:

- Classificação dos derivativos no balanço patrimonial e resultado

	31/12/2014						
Instrumentos	Ativo			Passivo			Resultado financeiro líquido (Nota 23)
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Swap dólar x CDI	5.346		5.346				(12.735)
Swap (NDF) dólar x real	153.316		153.316	65		65	213.602
Swap (NDF) dólar x euro	6.722		6.722				33.397
Swap dólar x euro	9.227		9.227				8.605
Swap Libor x CDI (*)							(943)
Swap Pré x CDI					21.301	21.301	(3.926)
	174.611		174.611	65	21.301	21.366	238.000

	31/12/2013						
Instrumentos	Ativo			Passivo			Resultado financeiro líquido (Nota 23)
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Swap dólar x CDI	9.033	3.879	12.912				11.172
Swap (NDF) dólar x real	631		631	1.228		1.228	(597)
Swap (NDF) dólar x euro				5.258		5.258	(13.190)
Swap iene x dólar (**)							(5.374)
Swap dólar x euro	17		17				4.035
Swap Libor x CDI				336		336	(4.268)
Swap Pré x CDI					17.375	17.375	(17.375)
	9.681	3.879	13.560	6.822	17.375	24.197	(25.597)

(*) As posições das operações de swap foram liquidadas em maio de 2014, juntamente com seu pré-pagamento.

(**) As posições das operações de swap foram liquidadas em dezembro de 2013, juntamente com seu depósito em garantia.

Swap cambial dólar x CDI

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia mantinha posição comprada em swap cambial, onde recebe, na ponta ativa, variação cambial mais cupom de 3,5% ao ano em média, e paga 100% do CDI na ponta passiva do contrato de swap cambial.

Swap cambial (NDF) dólar x real

A Companhia realizou operações de Non Deliverable Forward (NDF) onde o objetivo é garantir a compra a termo de dólar, a liquidação ocorre, sem entrega física, pela diferença da paridade R\$/US\$ de compra contratada contra a paridade R\$/US\$ de venda, que é a Ptax Venda de D-1 ao vencimento. As operações são contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha, através do Mercado de Balcão e alocadas nos fundos exclusivos.

Swap cambial (NDF) dólar x euro

Além dos swaps citados acima, a Companhia também realizou NDFs (Non Deliverable Forward) de seus ativos em euros. Basicamente, a Companhia realizou derivativos financeiros de seus ativos em euros, nos quais receberá a diferença entre a variação cambial em dólares observada no período, multiplicado pelo valor de referência (ponta ativa) e paga a diferença entre a variação cambial em euros observada no período, sobre o valor em euros de referência na data da contratação (ponta passiva). Tratam-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, contratadas dentro dos fundos exclusivos.

Swap cambial dólar x euro

A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do dólar contra o euro.

Swap de taxa de juros (Pré x CDI)

Tem por objetivo atrelar obrigações, remuneradas a uma taxa pré-fixada, às oscilações da taxa de juros baseadas na taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia (CDI), calculada e divulgada pela CETIP. Basicamente, a Companhia realizou swap de suas obrigações de taxas pré-fixadas, nos quais recebe juros sobre o valor nominal (ponta ativa) e paga 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI sobre o valor de referência na data da contratação (ponta passiva). Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações do CDI. Trata-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituição financeira de primeira linha.

• *Hedge Accounting*

A partir de 1º de novembro de 2014, a Companhia designou formalmente relações de hedge de fluxos de caixa para a proteção de fluxos futuros altamente prováveis expostos ao dólar.

Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de hedge cambial no resultado da Companhia, a CSN designou parte dos seus passivos em dólar como instrumento de hedge de suas futuras exportações. Com isso, a variação cambial decorrente dos passivos designados será registrada transitariamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas exportações, permitindo assim que o reconhecimento do impacto do dólar sobre o passivo e sobre as exportações possam ser registrados no mesmo momento. Ressalta-se que a adoção dessa contabilidade de hedge não implica na contratação de qualquer instrumento financeiro. Foram designados US\$775 milhões em exportações a serem realizadas entre 15 de outubro de 2015 e 20 de maio de 2020.

Para suportar as designações supracitadas, a Companhia elaborou documentação formal indicando como a designação do hedge está alinhada ao objetivo e à estratégia da Política de Gestão de Riscos da CSN, identificando os instrumentos de proteção utilizados, o objeto de hedge, a natureza do risco a ser protegido e demonstrando a expectativa de alta efetividade das relações designadas. Foram designados instrumentos de dívida em montantes equivalentes à parcela das exportações futuras. Portanto, a variação do câmbio do instrumento e do objeto são similares. De acordo com a política contábil da Companhia, devem ser realizadas contínuas avaliações da efetividade prospectiva e retrospectiva, comparando os montantes designados com os valores esperados e aprovados nos orçamentos da Administração, bem como os montantes efetivamente exportados.

Através do *Hedge Accounting*, os ganhos e perdas com variações cambiais dos instrumentos financeiros de dívida não afetarão imediatamente o resultado da Companhia, mas apenas na medida em que as exportações forem realizadas.

O quadro abaixo apresenta o resumo das relações de hedge em 31 de dezembro de 2014:

Data de Designação	Instrumento de Hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Montantes designados (US\$ mil)	31/12/2014
						Impacto sobre o patrimônio líquido
03/11/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro 2016 a Setembro de 2019	500.000	(106.000)
01/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2015 a Fevereiro de 2019	175.000	(16.818)
18/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Maio de 2020	100.000	2.185
Total					775.000	(120.633)

Nas relações de hedge descritas acima, os valores dos instrumentos de dívida foram integralmente designados para parcelas de exportações de minério de ferro equivalentes.

A movimentação dos valores relativos ao *hedge accounting* registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada como segue:

	31/12/2013	Adição	Reversão	31/12/2014
Hedge accounting de fluxo de caixa		120.633		120.633
IR e CS sobre hedge accounting de fluxo de caixa		(41.015)		(41.015)
Valor justo do hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos		79.618		79.618

Em 31 de dezembro de 2014 as relações de hedge estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge accounting* foi registrada.

• Análise de sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos e Exposição Cambial

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de valorização para volatilidade da moeda, utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2014 para swap cambial dólar x real R\$2,6562, para swap cambial euro x dólar US\$1,2149, para swap cambial dólar x euro US\$1,2149, para exposição cambial dólar x real R\$2,6562 e para exposição cambial euro x real 3,2270.

Instrumentos	Valor de Referência	Risco	Cenário Provável (*)	31/12/2014	
				Cenário 1	Cenário 2
Sw ap cambial dólar x CDI	10.000	Dólar	30.414	(7.604)	(15.207)
Sw ap cambial (NDF) dólar x real	1.218.000	Dólar	153.251	(805.928)	(1.611.856)
Hedge accounting de exportação	775.000	Dólar	120.633	(514.639)	(1.029.278)
Posição cambial Moeda funcional BRL (não incluindo derivativos cambiais acima)	(1.969.886)	Dólar		1.308.103	2.616.206
Posição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	33.114	Dólar		(20.068)	(40.135)
Sw ap cambial (NDF) dólar x euro	(90.000)	Euro	6.722	67.068	132.297
Posição cambial Moeda funcional BRL (não incluindo derivativos cambiais acima)	(143.723)	Euro		115.949	231.897
Posição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	(233.723)	Euro		183.017	364.194
Sw ap cambial dólar x euro	80.129	Dólar	9.227	43.511	167.089

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2014 registrados no ativo e passivo da companhia.

11.e) Risco de taxa de juros

Passivos de curto e longo prazo, indexados à taxa de juros flutuantes e índices de inflação. Devido a essa exposição, a Companhia mantém derivativos para melhor administrar esses riscos.

- **Análise de sensibilidade swap de taxa de juros**

Instrumentos	31/12/2014				
	Nocional	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário 1	Cenário 2
Swap de taxa de juros Pré x CDI	345.000	CDI	21.301	(15.239)	(30.633)
Swap cambial dólar x CDI	10.000	CDI	25.068	(160)	(318)

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2014 registrados no ativo e passivo da companhia.

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de valorização para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2014.

- **Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros**

A Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% nas taxas de juros em seus empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2014 na data das demonstrações financeiras consolidadas.

Variações nas taxas de juros	% a.a	Impacto no resultado
		31/12/2014
TJLP	5,00	2.548
Libor	0,36	792
CDI	11,57	86.198

11.f) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados na nota 10.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo provisão de juros.

Em 31 de dezembro de 2014	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.813.930	7.075.910	15.650.855	4.437.500
Instrumentos financeiros derivativos	65	21.301		
Fornecedores	1.638.505			
Dividendos e JCP	277.097			
Em 31 de dezembro de 2013				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.673.648	6.391.523	11.439.993	7.358.058
Instrumentos financeiros derivativos	6.822	17.375		
Fornecedores	1.102.037			
Dividendos e JCP	2.036			

• Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo estimado para determinados empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidado foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, sendo comparado abaixo:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Mercado
Bônus Perpétuos	2.659.815	1.974.031	2.345.789	1.938.780
Fixed Rate Notes	6.232.986	6.267.272	5.661.978	6.032.207

• Riscos de Crédito

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado Brasileiro.

• Gestão de Capital

A Companhia administra sua estrutura de capital com objetivo de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O grupo de outras obrigações classificados no passivo circulante e não circulante possui a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivos com partes relacionadas (Nota 17 b)	249.758	422.150	9.236.716	8.522.685	339.613	735.880	9.810.648	8.873.825
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11 I)	65	6.822	21.301	17.375		336		
Dividendos e JCP a pagar acionistas controladores	152.966				152.966			
Dividendos e JCP a pagar não controladores	124.131	2.036			124.131	2.036		
Adiantamento de Clientes	22.905	28.213			14.932	17.501		
Tributos parcelados (Nota 14)	33.358	247.387	20.728	1.454.838	23.348	218.667	1.823	1.294.666
Participação sobre lucro - empregados	120.278	121.631			108.902	113.039		
Outras obrigações	141.648	144.612	36.618	66.673	39.705	51.497	6.041	5.241
	845.109	972.851	9.315.363	10.061.571	803.597	1.138.956	9.818.512	10.173.732

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

13.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(528.170)	(1.290.755)	(30.470)	(859.213)
Diferido	679.323	1.216.594	622.512	651.444
	151.153	(74.161)	592.042	(207.769)

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
(Prejuízo)/Lucro antes do IR e da CSLL	(263.420)	608.155	(697.260)	716.794
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada	89.563	(206.773)	237.068	(243.710)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Benefício de juros sobre capital próprio - JCP		255.000		255.000
Equivalência Patrimonial	112.594	53.767	373.403	510.833
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	1.772	173.330		
Ajuste Transfer Price	(2.350)	(31.404)	(2.350)	(31.404)
Efeito Refis e Programa de Quitação Antecipada	(14.649)	(689.299)	5.566	(689.299)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(29.259)	(166.734)		
Crédito fiscal controladas		550.270		
Limite de endividamento	(13.170)		(13.170)	
Outras exclusões (adições) permanentes	6.652	(12.318)	(8.475)	(9.189)
IR / CSLL no resultado do exercício	151.153	(74.161)	592.042	(207.769)
Alíquota efetiva	57%	12%	85%	29%

13.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

	Consolidado			
	Saldo Inicial	Movimentação		Saldo Final
	31/12/2013	Resultado Abrangente	Resultado	Créditos Tributários (**)
Diferido Ativo				
Prejuízos fiscais de imposto de renda	1.132.296	(4.225)	41.533	(786.419)
Bases negativas de contribuição social	389.306		36.051	(349.695)
Diferenças temporárias	1.248.925	335.650	572.636	2.157.211
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	207.507		19.234	
- Provisões para passivos ambientais	117.795		(45.870)	
- Perdas estimadas em ativos	53.450		15.531	
- Perdas estimadas em estoques	28.556		3.810	
- (Ganhos)/perdas em instrumentos financeiros	(4.722)		(1.697)	
- (Ganhos)/perdas ativos financeiros disponíveis para venda	287.876	260.715	69.700	
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	131.938	32.360	2.499	
- Provisão para consumos e serviços	91.807		(23.324)	
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	27.749		2.103	
- Ágio na incorporação	(123.172)	(19)	20.532	
- Variações cambiais não realizadas (*)	546.041		464.966	
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(224.096)			
- Hedge Accounting de fluxo de caixa		41.015		
- Outras	108.196	1.579	45.152	
Ativo Não Circulante	2.770.527	331.425	650.220	(1.136.114)
Diferido Passivo				
- Ajuste Fair Value - Aquisição SWT	252.109	(848)	(28.807)	
- Outras	16.724	10	(296)	
Passivo Não Circulante	268.833	(838)	(29.103)	238.892

	Controladora			
	Saldo Inicial	Movimentação		Saldo Final
	31/12/2013	Resultado Abrangente	Resultado	Créditos Tributários (**)
Diferido Ativo				
Prejuízos fiscais de imposto de renda	919.910		86.910	(787.609)
Bases negativas de contribuição social	389.306		28.034	(341.678)
Diferenças temporárias	1.303.782	332.706	507.568	2.144.056
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	199.445		19.200	
- Provisões para passivos ambientais	117.795		(45.870)	
- Perdas estimadas em ativos	47.087		15.217	
- Perdas estimadas em estoques	28.365		1.574	
- (Ganhos)/perdas em instrumentos financeiros	(3.875)		(1.162)	
- (Ganhos)/perdas ativos financeiros disponíveis para venda	264.172	262.439	67.786	
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	132.063	29.252	2.448	
- Provisão para consumos e serviços	89.767		(23.148)	
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	26.179		(192)	
- Variações cambiais não realizadas (*)	546.041		464.966	
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(224.096)			
- Hedge Accounting de fluxo de caixa		41.015		
- Outras	80.839		6.749	
Ativo Não Circulante	2.612.998	332.706	622.512	(1.129.287)

(*) A Companhia tributa as variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

(**) Utilização de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa da Companhia para liquidação de débitos fiscais, conforme previsto nas leis nº 12.865/13, 12.996/14 e 13.043/14, vide nota 14 a.

Algumas empresas do Grupo registraram créditos tributários sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL não sujeitos a prazo prescricional e fundamentados no histórico de rentabilidade e na expectativa de lucros tributáveis futuros determinados em estudo técnico aprovado pela Administração, que considera, dentre outras premissas econômicas e financeiras, a fusão dos negócios de mineração da CSN com a Namisa, a internação de caixa mantido no exterior e eventos de liquidez relacionados a ativos não estratégicos.

Por estarem sujeitos a fatores relevantes que podem modificar as projeções de realização, os valores contábeis do ativo fiscal diferido bem como as projeções são revisadas anualmente. Tais estudos indicam a realização desses ativos fiscais dentro do prazo estipulado pela instrução CVM nº 371/02 e do limite de 30% do lucro real.

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Consolidado	Controladora
2015	83.429	37.897
2016	94.099	35.746
2017	100.868	40.778
2018	57.565	57.565
2019	42.003	42.003
2020 em diante	80.883	80.884
	458.847	294.873

Algumas empresas do Grupo no Brasil possuem saldo acumulado de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$268.164 e R\$284.243 respectivamente, para os quais não foi constituído imposto diferido. Adicionalmente, algumas empresas do Grupo residentes no exterior também possuem prejuízo fiscal no montante de R\$2.617.805, para os quais também não foi constituído ativo diferido. Do valor total de prejuízos fiscais do exterior, com base na legislação vigente nos países de residência destas controladas, R\$147.647 expiram em 2015, R\$43.935 em 2017, R\$7.972 em 2018, R\$148.508 em 2025, R\$19.101 em 2026, R\$46.130 em 2027, R\$ 69.959 em 2029 e R\$13.553 em 2032.

No período de 2011 a 2014 foram gerados por essas subsidiárias lucros no montante de R\$3.788.574. Caso as autoridades fiscais entendam que tais lucros já foram disponibilizados, a tributação adicional no Brasil pelo imposto de renda e pela contribuição social, se devido fosse, seria de aproximadamente R\$1.288.115. A Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, avaliou apenas como possível a probabilidade de perda em caso de eventual questionamento fiscal e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

• Lei 12.973/14

A Lei nº 12.973, publicada em maio de 2014, revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ; (ii) alterações na legislação pertinente à CSLL; (iii) definição de que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, não terá implicação na apuração dos tributos federais até ser devidamente regulamentada; (iv) inclusão de tratamento específico acerca da tributação de lucros ou dividendos referentes ao ano calendário de 2014; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na lei têm vigência a partir de janeiro de 2015, ainda que as empresas possam optar pela sua antecipação, de forma irretratável, para o ano de 2014.

A Companhia elaborou estudos sobre os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação antecipada das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não resultaria em ajustes relevantes (nem positivos) nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, pelo que optou pela não antecipação.

13.c) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido	65.372	33.012	65.247	32.876
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(140.859)	(401.574)	(130.135)	(392.574)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(425.510)	(425.510)	(425.510)	(425.510)
Hedge Accounting de fluxo de caixa	41.015		41.015	
	(459.982)	(794.072)	(449.383)	(785.208)

13.d) Incentivos fiscais

A Companhia usufrui de incentivos fiscais de Imposto de Renda baseados na legislação vigente tais como: Programa de Alimentação do Trabalhador, Lei Rouanet, Incentivos Fiscais de Atividade Audiovisual, Fundos do Direito da Criança e do Adolescente, Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência e Lei do Idoso. Em 31 de dezembro de 2014, somavam o montante de R\$3.487 (R\$329 em 31 de dezembro de 2013).

14. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do Refis e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme nota 12, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Refis Federal Lei 11.941/09 (a)	9.942	140.446		1.001.630	9.173	121.399		845.838
Refis Federal Lei 12.865/13 (a)		27.124		384.872		27.167		384.872
Demais Parcelamentos (b)	23.416	79.817	20.728	68.336	14.175	70.101	1.823	63.956
	33.358	247.387	20.728	1.454.838	23.348	218.667	1.823	1.294.666

14.a) Programa de Recuperação Fiscal (Refis Federal) – Lei nº 11.941/09 e Lei nº 13.043/14.

- Programa de Parcelamento da Lei Federal 11.941/09**

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento da Lei 11.941/09, onde indicou para liquidação na modalidade À Vista, débitos que possuem depósito judicial. O grupo aguarda a homologação por parte da RFB e PGFN sobre estes casos que somam R\$9.942.

- Programa de Parcelamento da Lei Federal 12.865/13**

- a. Reinclusão do parcelamento de Lucros no Exterior (Lei 12.865/13)**

A Companhia informou no item (b) da seção de “*Outros Processos Administrativos e Judiciais*” do item 15 das Notas Explicativas do 3º ITR/2014 (Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais) que foi intimada do indeferimento da sua solicitação de parcelamento de débitos de IRPJ e CSLL regulamentado pela Lei 12.862/2013, também conhecido como parcelamento de Lucros no Exterior, no valor de R\$1.585.174. O fundamento desta decisão foi, em síntese, a inconsistência quanto aos valores de juros declarados. Contra esta decisão foi interposto recurso hierárquico onde foi informado que os referidos juros foram liquidados no programa de parcelamento da Lei 11.941/2009, reaberto pela Lei 12.996/14.

Posteriormente, em razão da publicação da Portaria Conjunta n.13/2014, que permitiu a regularização de valores caso houvesse alguma divergência entre o entendimento da RFB e do contribuinte quanto ao valor a ser parcelado, a Companhia efetuou o pagamento de R\$18.083 e, com isso, regularizou os valores da entrada e das parcelas já vencidas.

A Receita Federal, em seguida, acatou o pagamento e restabeleceu o parcelamento, motivo pelo qual a contingência indicada no 3ºITR/2014 foi baixada dos nossos controles.

b. Revisão do crédito tributário do parcelamento de lucros no exterior (Lei 12.865/13)

Em novembro de 2013 a Companhia optou pelo programa de parcelamento da Lei Federal 12.865. Este programa sofreu revisão nos valores de crédito tributário – no aspecto qualitativo – em dezembro de 2014. Dessa forma, os valores ajustados de crédito de prejuízo fiscal e base negativa foi de R\$25.507 no consolidado e R\$58.649 na controladora.

- **Reabertura do Prazo – (Lei Federal 11.941/09) – pela Lei Federal 12.996/14**

Em agosto de 2014 a Cia ingressou no programa que possibilitava o parcelamento de débitos com reduções de multas e juros e pagamento com créditos tributários. A adesão foi realizada na modalidade 180 parcelas com utilização de crédito de prejuízo fiscal e base negativa de R\$26.905 no consolidado e controladora. O programa está sujeito à homologação pelas autoridades fiscais.

- **Quitação Antecipada de Débitos – Lei Federal 13.043/14**

Em novembro de 2014, a Companhia aderiu ao Programa de Quitação Antecipada de Débitos estabelecido pelo Governo Federal. A finalidade do programa foi possibilitar ao contribuinte a liquidação de todos os parcelamentos de débitos federais ativos com pagamento de, pelo menos, 30% do valor total em dinheiro e o saldo remanescente com crédito de Prejuízo Fiscal de Imposto de Renda e Base Negativa de CSLL. A Companhia liquidou um total de R\$1.603.970 em débitos parcelados. Teve impacto de caixa pela entrada de 30% de R\$481.191 e pela antecipação dos programas de parcelamento da Lei 11.941/09 de R\$20.336. O saldo remanescente foi liquidado com crédito fiscal no valor de R\$1.083.702, sendo que a controladora utilizou R\$962.371 e realizou cessão de crédito para as demais empresas do grupo no valor de R\$81.360. O Grupo aguarda a homologação por parte da RFB e PGFN.

O quadro a seguir demonstra as movimentações citadas acima:

	Consolidado	Controladora
Valor Débitos Parcelados	1.603.970	1.426.447
Entrada em Dinheiro (30%)	(481.191)	(427.934)
Crédito Fiscal (Prejuízo Fiscal/Base Negativa)	(1.083.702)	(962.371)
Descontos Parcelamento Lei 11.941/09	(39.077)	(36.142)
Antecipação Parcelamento Lei 11.941/09*	(20.336)	(9.958)

(*) Valores pagos em dinheiro referentes à antecipação exigida pela Lei 11.941/09 para possibilitar o ingresso dos débitos no programa da Quitação Antecipada da Lei 13.043/14.

14.b) Demais Parcelamentos (Ordinários e Outros)

Algumas empresas do Grupo possuem parcelamentos junto à RFB e a autoridades fiscais estaduais.

15. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	31/12/2014		31/12/2013		31/12/2014		31/12/2013	
	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais
Fiscais	129.524	77.836	428.141	469.692	109.173	67.483	387.315	457.973
Previdenciárias e Trabalhistas	506.520	182.589	298.637	185.104	438.722	152.026	254.116	161.772
Cíveis	106.143	17.897	82.143	29.022	86.360	13.588	65.667	24.614
Ambientais	3.981	1.697	4.262	961	3.978	1.628	4.262	892
Depósitos Caucionados		8.785		8.935		5.177		5.212
	746.168	288.804	813.183	693.714	638.233	239.902	711.360	650.463

A movimentação das provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 pode ser assim demonstrada:

Natureza	Consolidado				
	Circulante + Não Circulante				
	31/12/2013	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2014
Fiscal	428.141	51.983	13.324	(363.924)	129.524
Previdenciário	47.261	9.952	5.064		62.277
Trabalhista	251.376	313.634	47.711	(168.478)	444.243
Cível	82.143	5.845	30.062	(11.907)	106.143
Ambiental	4.262	450	346	(1.077)	3.981
	813.183	381.864	96.507	(545.386)	746.168

Natureza	Controladora				
	Circulante + Não Circulante				
	31/12/2013	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2014
Fiscal	387.315	50.323	11.799	(340.264)	109.173
Previdenciário	46.537	9.172	5.789		61.498
Trabalhista	207.579	287.867	24.690	(142.912)	377.224
Cível	65.667	1.647	28.896	(9.850)	86.360
Ambiental	4.262	450	344	(1.078)	3.978
	711.360	349.459	71.518	(494.104)	638.233

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

Processos Tributários

Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos como probabilidade de perda provável, que figuram como parte a CSN ou suas controladas, de natureza tributária são (i) Auto de Infração para cobrança de ICMS e FECP decorrente da duplicidade na escrituração/emissão das notas fiscais de importação; (ii) Auto de Infração para cobrança de ICMS por suposto não recolhimento do imposto referente a importação de mercadorias; (iii) Execução Fiscal para cobrança de ICMS declarado e não pago; (iv) Auto de infração para cobrança de ICMS em razão da ausência de recolhimento de diferencial de alíquotas deste imposto relativo a entrada de mercadorias provenientes de outras unidades da

Federação e destinadas a consumo e ativo fixo da Empresa e; (v) Cobrança de IRPJ/CSLL decorrente de declaração não homologadas por inexistência de direito creditório.

As principais reduções, comparando com a demonstrações financeiras de 2013, se deram em razão da adesão ao REFIS concedido pela reabertura da Lei 11.941/2009 de processos já considerados com probabilidade de perda provável, principalmente de processos que cobravam tributos federais decorrente de compensações indevidas bem como pela baixa da provisão de autos de infração referentes à transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação, sendo exigido pelo fisco Estadual do RJ: (i) a diferença do ICMS incidente na operação, (ii) glosa de suposto crédito de ICMS apropriado em duplicidade nos livros fiscais, e (iii) multa pela não escrituração de notas fiscais.

No segundo caso, durante o terceiro trimestre de 2014, em linha com a política contábil da Companhia de revisão contínua dos prognósticos de perdas dos processos em andamento, a Administração, apoiada pelos seus assessores jurídicos internos e externos, reavaliou as premissas envolvendo essas autuações e, em face da jurisprudência favorável do Superior Tribunal de Justiça, bem como da evolução processual e ainda, pela existência de argumentos novos e consistentes para afastar as autuações, avaliou que são boas as perspectivas de êxito nestes processos e entende que não é mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar uma eventual obrigação decorrente de desfecho desfavorável para a Companhia.

Processos trabalhistas

O Grupo figura como réu, em 31 de dezembro de 2014 em 7.503 reclamações trabalhistas, sendo provisionado o montante de R\$444.243 (R\$251.376 em 31 de dezembro de 2013). Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, diferença da multa de 40% sobre o FGTS referente ao período anterior à aposentadoria e em decorrência de planos econômicos do governo federal, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho, intervalo intrajornada e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2000 a 2003.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 houve movimentação relevante de adições e baixas de processos trabalhistas resultante, substancialmente, do considerável volume de baixas decorrente da obtenção de alvarás para encerramento de processos além da constante revisão das estimativas contábeis da companhia em relação às provisões para contingência, que consideram as diferentes naturezas das reclamações envolvidas, conforme estabelecido nas políticas contábeis da Companhia.

Processos cíveis

Dentre os processos judiciais cíveis em que figuram como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais do Grupo, ações imobiliárias, plano de saúde e ressarcimento de honorários gastos na Justiça do Trabalho. Para processos envolvendo as matérias cíveis, foi provisionado o montante de R\$106.143 em 31 de dezembro de 2014 (R\$82.143 em 31 de dezembro de 2013).

Processos ambientais

Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a companhia figura como ré, encontram-se, procedimentos administrativos visando à constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, consistente em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos danos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia. Para os processos envolvendo a matéria ambiental foi provisionado o montante de R\$3.981 em 31 de dezembro de 2014 (R\$4.262 em 31 de dezembro de 2013).

Em julho de 2012 a Companhia recebeu a citação no processo judicial movido pelo Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (Justiça Estadual), referente ao Bairro Volta Grande IV do Município de Volta Redonda-RJ, no qual é pleiteado, entre outros pedidos, as remoções de duas células de resíduos industriais e de 750 (setecentas e cinquenta) residências. Este

processo está classificado com grau de risco provável, mas não há um valor estimado para ditos pleitos, ante a iliquidez dos respectivos pedidos.

Como desdobramento do processo mencionado no parágrafo acima, após agosto de 2012 a Companhia recebeu citações em alguns processos individuais movidos por moradores do Bairro Volta Grande IV, os quais pleiteiam o pagamento de danos materiais e morais, cujos valores são ilíquidos no momento, estando ditos processos classificados com grau de risco possível.

Sobre este mesmo assunto (Bairro Volta Grande IV), em agosto de 2013, a Companhia recebeu a citação no processo judicial movido pelo Ministério Público Federal (Justiça Federal), a qual tem o mesmo objeto da ação movida pelo Ministério Público Estadual, já noticiada acima. Esta nova ação está classificada com grau de risco possível, uma vez que a tendência é de prevalência do processo da Justiça Estadual sobre o processo da Justiça Federal. Quanto ao valor do risco deste novo processo, a observação é a mesma da ação do Ministério Público Estadual.

▪ Outros Processos Administrativos e Judiciais

O Grupo defende-se em outros processos administrativos e judiciais (fiscais, previdenciários, trabalhistas, cíveis e ambientais) classificados como risco de perda possível, no montante aproximado de R\$15.429.927, sendo:

- (a) R\$7.068.252 referentes ao auto de infração lavrado em face da Companhia por ter supostamente realizado a venda de 40% das ações da sua controlada NAMISA para um consórcio de investidores nipo-coreanos, deixando assim de apurar e submeter à tributação o ganho de capital decorrente dessa operação, sendo que em maio de 2013, em julgamento realizado pela Delegacia Regional de Julgamento de São Paulo – SP foi proferida decisão favorável à Companhia cancelando o auto de infração. Em face desta decisão foi interposto Recurso de Ofício que será julgado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Em julgamento realizado o recurso foi parcialmente provido e a Companhia aguarda a publicação do acórdão para análise de eventual interposição de Recurso para a Câmara Superior de Recursos Fiscais.
 - (b) R\$742.727 referentes a execuções fiscais ajuizadas para exigir da Companhia, na qualidade de responsável, o ICMS supostamente incidente na entrada de energia elétrica adquirida de Usina Produtora e totalmente consumida no processo de industrialização de produtos siderúrgicos. Segundo entendimento da fiscalização a aplicação da energia elétrica no processo produtivo não exclui a responsabilidade da Companhia em reter antecipadamente o ICMS incidente na entrada deste insumo no estabelecimento industrial.
 - (c) R\$521.340 referentes à decisão proferida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil que deferiu parcialmente o pedido de parcelamento de débitos regulamentado pela Medida Provisória 470/09, tendo em vista a insuficiência de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL. Quando da consolidação do parcelamento a Secretaria da Receita Federal do Brasil considerou o saldo existente no SAPLI (Sistema de Acompanhamento do Prejuízo Fiscal e do Lucro Inflacionário) como sendo o montante correto, no entanto, este saldo já contemplava os ajustes do prejuízo fiscal por conta do auto de infração de Lucros no Exterior lavrado contra a Companhia.
 - (d) R\$523.171 referentes a compensações de tributos que, por motivos diversos, não foram homologadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Os tributos envolvidos são CSLL, IRPJ e IPI, além das contribuições ao PIS e COFINS. A análise de toda documentação comprova o direito ao crédito e o cabimento do pedido de compensação processado à época.
 - (e) R\$476.316 referentes ao auto de infração lavrado contra a Companhia por supostamente deixar de tributar para fins de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os lucros apurados nos balanços de suas controladas no exterior no ano de 2010.
 - (f) R\$446.907 referentes à glosa dos créditos de ICMS apropriado pela Companhia no período de 04/99 à 07/02 na transferência de minério entre Casa de Pedra e Usina Presidente Vargas. Segundo a fiscalização a base de cálculo aplicada na transferência, em consonância com a legislação do Estado de Minas Gerais, não é admitida pela legislação do Estado do Rio de Janeiro, motivo pelo qual procedeu a glosa da diferença.
-

- (g) R\$257.536 referentes à glosa de créditos de ICMS adquiridos pela compra dos estabelecimentos de sua subsidiária INAL localizados no Estado do Rio de Janeiro. Segundo a fiscalização, a compra de estabelecimento não gera o direito ao crédito do ICMS. Em face destas autuações a Companhia impetrou um Mandado de Segurança à época sendo reconhecido o seu direito de proceder a alteração do cadastro de contribuintes do Estado, fazendo constar que os estabelecimentos adquiridos são CSN. Esta decisão nos favorece e poderá ser aplicada no julgamento dos nossos recursos junto ao Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.
- (h) R\$230.261 trata-se de transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação, sendo exigido pelo fisco: (i) a diferença do ICMS incidente na operação, (ii) glosa de suposto crédito de ICMS apropriado em duplicidade nos livros fiscais, e (iii) multa pela não escrituração de notas fiscais.
- (i) R\$362.489 refere-se a glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa decorrente de ajustes no SAPLI (Sistema de acompanhamento de prejuízos e lucros inflacionários) realizados pela Receita Federal em razão de autos de infração lavrados no período de 2008 a 2010.
- (j) R\$2.870.796 referentes a outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais).
- (k) Em 14 de junho de 2010, o Tribunal Regional Federal de Brasília julgou improcedente a ação anulatória promovida pela CSN contra o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que visava a anular a autuação imposta por suposta prática das infrações previstas nos artigos 20 e 21, inciso I, da Lei 8.884/1984. Contra essa decisão foram apresentados os competentes recursos, os quais tiveram provimento negado ensejando a oposição de recursos constitucionais os quais se encontram pendentes de julgamento. A cobrança da multa no valor de R\$63.463 está suspensa por decisão do Tribunal, que deferiu efeito suspensivo cautelar a partir da garantia do débito por carta fiança ofertada pela CSN.
- (l) R\$1.369.004 de processos trabalhistas e previdenciários; R\$382.641 de cíveis e R\$115.024 de ambientais.

As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

16. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivo Ambiental	211.544	346.455	211.544	346.455
Desativação de ativos	26.995	23.999	21.718	19.261
	238.539	370.454	233.262	365.716

16.a) Passivos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2014 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais. No segundo trimestre de 2014, a Companhia concluiu um novo estudo de alternativas de remediação de algumas áreas em Volta Redonda (RJ), as quais foram utilizadas no passado como aterro pela Companhia. O estudo contemplou a mudança da tecnologia de remediação, substituindo a remoção do material pelo confinamento geotécnico in situ, conforme permitido pela legislação ambiental brasileira, resultando uma reversão no valor de R\$120.582.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando

uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

A taxa de juros de longo prazo utilizada para desconto a valor presente da provisão para 31 de dezembro de 2014 foi de 11,00%. O passivo constituído é atualizado periodicamente, tendo como base o índice de inflação (IGPM) do período, em referencia.

16.b) Desativação de Ativos

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

17. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

17.a) Transações com Controladores

A Vicunha Siderurgia S.A. é uma Holding que tem por finalidade participar em outras sociedades sendo a principal acionista da Companhia detendo 51,34% de participação no capital votante.

A Rio Iaco Participações S.A. detém participação de 4,28% no capital votante da CSN.

• Passivo

Empresas	Propostos	Pagos	
	Dividendos	Dividendos	Juros sobre Capital Próprio
Vicunha Siderurgia	141.190	203.386	
Rio Iaco	11.776	16.963	
Total em 31/12/2014	152.966	220.349	
Total em 31/12/2013		471.801	388.855

A estrutura societária da Vicunha Siderurgia é a seguinte (informações não auditadas):

Vicunha Aços S.A. – detém participação de 99,99% na Vicunha Siderurgia S.A.

Vicunha Steel S.A. – detém participação de 66,96% na Vicunha Aços S.A.

National Steel S.A. – detém participação de 33,04% na Vicunha Aços S.A.

CFL Participações S.A. – detém participação de 40% na National Steel S.A e 39,99% na Vicunha Steel S.A.

Rio Purus Participações S.A. – detém participação de 60% na National Steel S.A. 59,99% na Vicunha Steel S.A. e 99,99% na Rio Iaco Participações S.A.

17.b) Transações com controladas, controladas em conjunto, coligadas, fundos exclusivos e outras partes relacionadas

• Por operação

Consolidado							
Ativo	Circulante	Não-Circulante	Total	Passivo	Circulante	Não-Circulante	Total
Contas a receber	153.737		153.737	Outras obrigações			
Empréstimos	517.493	117.357	634.850	Contas a pagar	2.681	546	3.227
Dividendos a receber	59.470		59.470	Adiantamento de clientes	247.077	9.236.170	9.483.247
Ativo Atuarial		97.173	97.173	Fornecedores	63.165		63.165
Outros Créditos ^(nota 6)	15.780	7.037	22.817	Passivo Atuarial		11.275	11.275
Total em 31/12/2014	746.480	221.567	968.047	Total em 31/12/2014	312.923	9.247.991	9.560.914
Total em 31/12/2013	987.969	719.042	1.707.011	Total em 31/12/2013	475.099	8.533.824	9.008.923

Resultado	
Receitas	
Vendas	1.177.860
Juros	50.631
Despesas	
Compras	(1.047.423)
Juros	(423.621)
Total em 31/12/2014	(242.553)
Total em 31/12/2013	(451.548)

• Por empresa

	Consolidado								
	Ativo			Passivo			Resultado		
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total	Vendas	Compras	Receitas e Despesas Financeiras Líquidas
Controladas									
Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ⁽¹⁾	52.658	64.739	117.397						11.684
	52.658	64.739	117.397						11.684
Controladas em Conjunto									
OGPAR Construção Pesada S.A.	7.042		7.042	75		75		(152.835)	(152.835)
Nacional Minérios S.A. ⁽²⁾	482.981		482.981	247.696	9.236.716	9.484.412	344.182	(15.733)	(399.739)
MRS Logística S.A.	24.632		24.632	39.515		39.515		(668.295)	(668.295)
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura	4.776	3.808	8.584	11.196		11.196		(170.979)	(170.979)
Transnordestina Logística S.A. ⁽³⁾	100.397	40.961	141.358	14.110		14.110			12.185
	619.828	44.769	664.597	312.592	9.236.716	9.549.308	344.182	(1.007.842)	(387.554)
Outras Partes Relacionadas									
CBS Previdência		97.173	97.173		11.275	11.275		(7.199)	(7.199)
Fundação CSN	320	148	468	234		234		(2.550)	64
Banco Fibra									1.048
Usiminas	1.187		1.187	97		97	58.845	(22.689)	36.156
Panatlântica	72.487		72.487				774.833		774.833
Ibis Participações e Serviços								(7.013)	(7.013)
Taquari Participações S.A.								(130)	(130)
	73.994	97.321	171.315	331	11.275	11.606	833.678	(39.581)	1.112
Coligadas									
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.		14.738	14.738						1.768
Total em 31/12/2014	746.480	221.567	968.047	312.923	9.247.991	9.560.914	1.177.860	(1.047.423)	(372.990)
Total em 31/12/2013	987.969	719.042	1.707.011	475.099	8.533.824	9.008.923	862.004	(917.469)	(396.083)

1. Refere-se a empréstimos da controlada FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A com a controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A.
2. Nacional Minérios S.A: Ativo: Refere-se principalmente a operações de Pré-Pagamento com as controladas indiretas CSN Europe, CSN Export e CSN Metals. Contratos em US\$: juros de 5,37% à 6,80% a.a. com vencimento final em junho de

2015. Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos totalizam R\$364.118 (R\$360.990 em 31 de dezembro de 2013) classificados no curto prazo.

Passivo: O adiantamento de clientes da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. refere-se a obrigações contratuais de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários. Os contratos têm taxa de juros de 12,5% a.a. e vencimento previsto para setembro de 2042.

Conforme divulgado na nota explicativa 7.d), a Companhia assinou acordo de investimentos para a nova aliança estratégica formada com o Consórcio Asiático. Durante os procedimentos necessários para o fechamento da transação, os juros previstos nos contratos de adiantamento foram cancelados, porém uma condição resolutiva foi criada reestabelecendo a cobrança dos juros retrospectivamente caso o fechamento da transação não ocorra.

O fechamento da transação está sujeito ao consenso entre as partes sobre um plano de negócios, as aprovações regulatórias de autoridades antitruste e de autoridades governamentais responsáveis pela regulação de direitos minerários, além de outras condições precedentes comuns nesse tipo de transação. A data de fechamento está prevista para ocorrer no final de 2015.

- Transnordestina Logística S.A: Contratos em R\$: Juros de 108,00% CDI com vencimento final para dezembro 2016. Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos totalizam R\$141.358 (R\$270.693 em 31 de dezembro de 2013) sendo R\$100.397 classificados no curto prazo e R\$40.961 classificados no longo prazo.

• Por operação

Controladora							
Ativo	Circulante	Não-Circulante	Total	Passivo	Circulante	Não-Circulante	Total
Contas a receber ⁽¹⁾	969.343		969.343	Empréstimos e financiamentos			
Empréstimos	106.218	52.619	158.837	Pré-pagamento	146.504	5.156.481	5.302.985
Dividendos a receber	67.553		67.553	Fixed Rate Notes e Intercompany Bonds	1.187.610	1.593.720	2.781.330
Ativo Atuarial		96.914	96.914	Empréstimos Intercompany	222.525	2.670.457	2.892.982
Aplicações financeiras / Investimentos ⁽²⁾	252.895	87.475	340.370	Outras obrigações			
Outros Créditos ⁽⁴⁾	168.035	329.330	497.365	Contas a pagar	62.536	574.478	637.014
				Adiantamento de clientes ⁽³⁾	277.077	9.236.170	9.513.247
				Fornecedores	250.104		250.104
				Passivo Atuarial		11.260	11.260
Total em 31/12/2014	1.564.044	566.338	2.130.382	Total em 31/12/2014	2.146.356	19.242.566	21.388.922
Total em 31/12/2013	1.570.254	624.850	2.195.104	Total em 31/12/2013	2.302.367	15.574.882	17.877.249

Resultado	
Receitas	
Vendas	5.903.875
Juros	14.421
Fundos Exclusivos	251.834
Despesas	
Compras	(1.646.256)
Juros	(1.712.508)
Variações Cambiais Líquidas	(1.025.243)
Total em 31/12/2014	1.786.123
Total em 31/12/2013	1.717.233

- Contas a receber são decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços entre a controladora, controladas e controladas em conjunto.
- As aplicações financeiras totalizam R\$396.914 em 31 de dezembro de 2014 (R\$100.560 em 31 de dezembro de 2013) e os investimentos em ações da Usiminas classificados como investimentos disponíveis para venda, totalizam R\$87.475 (R\$134.543 em 31 de dezembro de 2013).
- Nacional Minérios S.A.: Adiantamento de clientes da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. conforme mencionado acima.
- Circulante:** Refere-se principalmente a operações de cessão de créditos de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social com as empresas Sepetiba Tecon, CSN Energia, Companhia Metalúrgica Prada, FTL –

Ferrovia Transnordestina Logística, Companhia Brasileira de Latas, Rimet e Companhia de Embalagens Metálicas MMSA.

Não Circulante: Refere-se principalmente a operação de adiantamento para futuro aumento de capital com as empresas Transnordestina Logística, FTL – Ferrovia Transnordestina, CSN Energia e Companhia Florestal do Brasil.

• **Por empresa**

	Ativo			Passivo			Resultado				Controladora
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total	Vendas	Compras	Receitas e Despesas Financeiras Líquidas	Variações Cambiais líquidas	Total
Controladas											
Companhia Metalic Nordeste	645		645	691		691	42.446	(625)			41.821
Companhia Metalúrgica Prada ⁽¹⁾	49.052	121.336	170.388	14.514	196	14.710	975.949	(151.631)			824.318
CSN Cimentos S.A. ⁽²⁾	16.752		16.752	30.197	388.741	418.938	199.995	(6.696)	(37.797)		155.502
Estanho de Rondônia S.A.	6.264		6.264					(10.972)			(10.972)
Florestal Brasil S.A.		8.427	8.427								
Sepetiba Tecon S.A.	18.968	77.063	96.031	13.578		13.578	2.655	(10.847)	405		(7.787)
Mineração Nacional	19		19								
Congonhas Minérios S.A. ⁽³⁾				148.686	1.778.290	1.926.976			(226.008)		(226.008)
CSN Energia S.A.	885		885					(245.187)			(245.187)
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	3.109	37.274	40.383		166.180	166.180	8				8
ITA Energética S.A.	501		501								
Companhia Brasileira de Latas	151.993	78.194	230.187	21.422		21.422	85.440	(2.601)			82.839
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC	415.788		415.788	97.285		97.285	121.175			16.272	137.447
CSN Portugal, Unipessoal Lda.									(4.979)	(2.159)	(7.138)
CSN Europe Lda.				6.459	81.597	88.056			(1.345)	(9.634)	(10.979)
CSN Resources S.A. ⁽⁴⁾				1.320.131	6.170.742	7.490.873			(330.119)	(854.745)	(1.184.864)
CSN Export Europe, S.L.				57.935		57.935			(1.046)	(5.156)	(6.202)
Lusosider Aços Planos, S.A.	181.866		181.866	51.998		51.998	105.111			8.748	113.859
CSN Handel GmbH ⁽⁵⁾	122.061		122.061	61.989		61.989	3.193.236			12.703	3.205.939
CSN Islands XII Corp. ⁽⁶⁾				23.428	1.340.053	1.363.481			(62.000)	(197.519)	(259.519)
CSN Ibéria Lda.					68.791	68.791			(1.498)	(8.111)	(9.609)
Stahlwerk Thüringen GmbH								(22.674)			(22.674)
	967.903	322.294	1.290.197	1.848.313	9.994.590	11.842.903	4.726.015	(451.233)	(664.387)	(1.039.601)	2.570.794
Controladas em Conjunto											
CGPAR Construção Pesada S.A.	20.584		20.584	150		150		(305.670)			(305.670)
Nacional Minérios S.A.	118.863		118.863	247.629	9.236.716	9.484.345	344.182	(15.733)	(1.047.716)	14.358	(704.909)
MRS Logística S.A.	24.632		24.632	39.247		39.247		(668.295)			(668.295)
CBIS - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura	4.776	3.808	8.584	10.686		10.686		(165.744)			(165.744)
Transnordestina Logística S.A.	100.397	40.961	141.358						12.185		12.185
	269.252	44.769	314.021	297.712	9.236.716	9.534.428	344.182	(1.155.442)	(1.035.531)	14.358	(1.832.433)
Outras Partes Relacionadas											
CBS Previdência		96.914	96.914		11.260	11.260		(7.199)			(7.199)
Fundação CSN	320	148	468	234		234		(2.550)	64		(2.486)
Usiminas	1.187		1.187	97		97	58.845	(22.689)			36.156
Panatlântica	72.487		72.487				774.833				774.833
Ibis Participações e Serviços								(7.013)			(7.013)
Taquari Participações S.A.								(130)			(130)
	73.994	97.062	171.056	331	11.260	11.591	833.678	(39.581)	64		794.161
Coligadas											
Arvedi Metaller do Brasil S.A.		14.738	14.738						1.768		1.768
Fundos Exclusivos											
Dipic, Mugen e Vértice	252.895	87.475	340.370						251.833		251.833
Total em 31/12/2014	1.564.044	566.338	2.130.382	2.146.356	19.242.566	21.388.922	5.903.875	(1.646.256)	(1.446.253)	(1.025.243)	1.786.123
Total em 31/12/2013	1.570.254	624.850	2.195.104	2.302.367	15.574.882	17.877.249	5.489.647	(1.353.665)	(1.522.172)	(896.577)	1.717.233

- Companhia Metalúrgica Prada: Contas a receber de R\$170.388 em 31 de dezembro de 2014 (R\$201.726 em 31 de dezembro de 2013), referente a compra de aço.
- CSN Cimentos S.A.: Contas a pagar no valor de R\$418.938 em 31 de dezembro de 2014 (R\$365.983 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$30.198 classificados no curto prazo e R\$388.741 classificados no longo prazo referente a operações de clínquer.
- Congonhas Minérios S.A.: Refere-se principalmente a empréstimos com vencimento final para março 2018 e juros de 101,50% CDI, totalizando R\$1.908.160 (R\$1.930.194 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$148.686 classificados no curto prazo e R\$1.759.474 classificados no longo prazo.

4. CSN Resources S.A.: Contratos em dólar de Pré-Pagamento, *Fixed Rate Notes* e *Intercompany Bonds*, juros de 9,13% com vencimento final para junho 2047. Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos totalizam R\$7.490.873 (R\$5.605.934 em 31 de dezembro de 2013), sendo classificados no curto prazo R\$1.320.131 e R\$6.170.742 no longo prazo.
5. CSN Handel GMBH: Contas a receber de R\$122.061 em 31 de dezembro de 2014 (R\$303.073 em 31 de dezembro de 2013), referente a operações de vendas de minério de ferro.
6. CSN Islands XII Corp: Contratos em dólar: Juros de 7,64% com vencimento final para fevereiro 2025. Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos totalizam R\$1.363.481 (R\$353.569 em 31 de dezembro de 2013) sendo R\$23.428 classificados no curto prazo e R\$1.340.053 no longo prazo.

17.c) Outras partes relacionadas não consolidadas

- **CBS Previdência**

A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos, conforme nota 26.

- **Fundação CSN**

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

- **Banco Fibra**

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

- **Ibis Participações e Serviços Ltda.**

A empresa Ibis Participações e Serviços está sob controle de membro da administração da Companhia.

- **Companhia de Gás do Ceará**

Distribuidora de gás natural está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia.

17.d) Pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo, informações sobre remuneração e saldos existentes em 31 de dezembro de 2014.

	31/12/2014	31/12/2013
	Resultado	
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	34.861	29.540
Benefícios pós-emprego	116	118
Outros benefícios de longo prazo	n/a	n/a
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a
	34.977	29.658

n/a – Não aplicável

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.a) Capital social integralizado

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$4.540.000 dividido em 1.387.524.047 ações ordinárias e escriturais (1.457.970.108 em 31 de dezembro de 2013), sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

18.b) Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2014 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 de ações, por decisão do Conselho de Administração.

18.c) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

18.d) Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2014, a composição acionária era a seguinte:

	31/12/2014			31/12/2013	
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações
Vicunha Siderurgia S.A.	697.719.990	50,29%	51,34%	697.719.990	47,86%
Rio Iaco Participações S.A. (*)	58.193.503	4,19%	4,28%	58.193.503	3,99%
Caixa Beneficente dos Empregados da CSN - CBS	12.788.231	0,92%	0,94%	12.788.231	0,88%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	8.794.890	0,63%	0,65%	8.794.890	0,60%
NYSE (ADRs)	342.466.899	24,68%	25,20%	356.019.691	24,42%
BM&FBovespa	239.010.634	17,23%	17,59%	324.453.803	22,25%
	1.358.974.147	97,94%	100,00%	1.457.970.108	100,00%
Ações em tesouraria	28.549.900	2,06%			
Total de ações	1.387.524.047	100,00%		1.457.970.108	100,00%

(*) A Rio Iaco Participações S. A. é uma empresa do grupo controlador.

18.e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração autorizou diversos programas de recompra de ações de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento com o objetivo de maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Programa	Autorização do Conselho	Quantidade autorizada	Prazo do programa	Custo médio de aquisição	Custo mínimo e custo máximo de aquisição	Quantidade adquirida	Cancelamento das ações	Saldo em tesouraria
1º	13/03/2014	70.205.661	De 14/03/2014 a 14/04/2014	R\$ 9,34	R\$ 9,22 e R\$ 9,45	2.350.000		2.350.000
2º	15/04/2014	67.855.661	De 16/04/2014 a 23/05/2014	R\$ 8,97	R\$ 8,70 e R\$ 9,48	9.529.500		11.879.500
3º	23/05/2014	58.326.161	De 26/05/2014 a 25/06/2014	R\$ 9,21	R\$ 8,61 e R\$ 9,72	31.544.500		43.424.000
4º	26/06/2014	26.781.661	De 26/06/2014 a 17/07/2014	R\$ 10,42	R\$ 9,33 e R\$ 11,54	26.781.661		70.205.661
	18/07/2014			Não aplicável	Não aplicável		60.000.000 ⁽¹⁾	10.205.661
5º	18/07/2014	64.205.661	De 18/07/2014 a 18/08/2014	R\$ 11,40	R\$ 11,40	240.400		10.446.061
	19/08/2014			Não aplicável	Não aplicável		10.446.061 ⁽¹⁾	
6º	19/08/2014	63.161.055	De 19/08/2014 a 25/09/2014	R\$ 9,82	R\$ 9,47 e R\$ 10,07	6.791.300		6.791.300
7º	29/09/2014	56.369.755	De 29/09/2014 a 29/12/2014	R\$ 7,49	R\$ 4,48 e R\$ 9,16	21.758.600		28.549.900
8º (*)	30/12/2014	34.611.155	De 31/12/2014 a 31/03/2015					

(*) Após o encerramento do exercício, a Companhia recomprou 1.841.100 de ações neste programa.

- Em 18 de julho de 2014 e 19 de agosto de 2014, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de, respectivamente, 60.000.000 e 10.446.061 de ações mantidas em tesouraria sem alteração do valor do capital social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 a posição das ações em tesouraria era a seguinte.

Quantidade adquirida (em unidades)	Valor total pago pelas ações	Custo das ações			Valor de mercado das ações em 31/12/2014 (*)
		Mínimo	Máximo	Médio	
28.549.900	R\$ 229.586	R\$ 4,48	R\$ 11,54	R\$ 8,04	R\$ 159.308

(*) Utilizada a cotação das ações na BM&FBovespa em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$5,58 por ação.

18.f) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos

Em 11 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração decidiu adotar uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na distribuição de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

18.g) Lucro líquido/(prejuízo) por ação (LPA):

O lucro/(prejuízo) por ação básico foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores da CSN dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria e foi calculado como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	Ações ordinárias		Ações ordinárias	
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício				
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(105.218)	509.025	(105.218)	509.025
Média ponderada da quantidade de ações	1.413.697	1.457.970	1.413.697	1.457.970
LPA Básico e Diluído	(0,07443)	0,34913	(0,07443)	0,34913

19. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 28 de fevereiro de 2014 e 30 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração, aprovou a proposta de pagamento, a título de antecipação do dividendo mínimo obrigatório, à conta de reserva de lucros (reserva estatutária de capital de giro), do montante de R\$425.000 e R\$275.000 em dividendos, correspondendo R\$0,291501175 e R\$0,202358522 por ação, respectivamente. Os dividendos deliberados em fevereiro foram pagos a partir de 11 de março de 2014 e os deliberados em dezembro serão pagos a partir de 15 de janeiro de 2015, sem atualização monetária, para os acionistas domiciliados no Brasil.

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Apresentamos a seguir o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para 2014:

	31/12/2014
Prejuízo do exercício	(105.218)
Reversão de Reserva estatutária de capital de giro	805.218
Lucro para destinação	700.000
Destinação:	
Dividendos deliberados em 28/02/2014 e 30/12/2014	700.000
Dividendos pagos no exercício	(424.939)
Dividendos e JCP a pagar de exercícios anteriores	2.036
Total de dividendos a pagar	277.097
Média ponderada da quantidade de ações	1.413.697
Dividendos deliberados por ação	0,19601

Demonstramos nos quadros a seguir o histórico dos dividendos e JCP deliberados e pagos:

Exercício	Ano de Deliberação	Dividendos	JCP	Total
2013	2013	610.000	190.000	800.000
2014	2014	700.000		700.000
Total Deliberado		1.310.000	190.000	1.500.000

Exercício	Ano de Pagamento	Dividendos	JCP	Total
2013	2013	610.503	190.000	800.503
2014	2014	424.939		424.939
	2015	274.917		274.917
Total Deliberado		1.310.359	190.000	1.500.359

20. RECEITA LÍQUIDA VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita Bruta				
Mercado interno	13.061.229	14.635.703	11.863.547	13.509.822
Mercado externo	6.247.489	6.143.242	4.110.635	3.531.793
	19.308.718	20.778.945	15.974.182	17.041.615
Deduções				
Vendas canceladas e abatimentos	(167.483)	(206.109)	(149.359)	(203.712)
Impostos incidentes sobre vendas	(3.015.003)	(3.260.404)	(2.659.309)	(2.908.470)
	(3.182.486)	(3.466.513)	(2.808.668)	(3.112.182)
Receita Líquida	16.126.232	17.312.432	13.165.514	13.929.433

21. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Matérias Primas e Insumos	(5.125.417)	(5.998.881)	(3.557.893)	(4.120.230)
Mão de obra	(1.716.995)	(1.590.892)	(1.419.068)	(1.264.122)
Suprimentos	(1.097.940)	(1.145.772)	(1.050.580)	(1.096.502)
Manutenção (serviços e materiais)	(1.072.664)	(1.297.377)	(1.040.357)	(1.255.463)
Serviços de Terceiros	(2.544.553)	(2.117.701)	(1.662.594)	(1.506.764)
Depreciação, Amortização e Exaustão (Nota 8 b)	(1.245.131)	(1.093.830)	(1.022.898)	(895.560)
Outros	(270.040)	(538.218)	(221.548)	(608.601)
	(13.072.740)	(13.782.671)	(9.974.938)	(10.747.242)
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos (Nota 24)	(11.592.382)	(12.422.706)	(9.159.454)	(9.906.380)
Despesas com vendas (Nota 24)	(1.041.975)	(874.875)	(455.525)	(503.514)
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(438.383)	(485.090)	(359.959)	(337.348)
	(13.072.740)	(13.782.671)	(9.974.938)	(10.747.242)

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Outras receitas operacionais				
Reversão Passivo Atuarial/ Provisão Ativo Atuarial	166	985	317	1.081
Indenizações/Ganho processos judiciais	39.693	51.737	37.840	48.564
Aluguéis e arrendamentos	1.080	817	1.080	817
Reversão de provisões	20.790	7.972	3.136	196.779
Ganho na perda de controle na Transnordestina		473.899		473.899
Outras receitas	28.759	30.653	9.992	9.703
	90.488	566.063	52.365	730.843
Outras despesas operacionais				
Impostos e taxas	(58.344)	(103.446)	(53.877)	(81.422)
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais líquidas das reversões	(110.059)	(254.062)	(85.398)	(248.746)
Multas contratuais e indedutíveis	(7.464)	(6.479)	(6.756)	(563)
Depreciação de equipamentos paralisados e amortização de ativos intangíveis (Nota 8 b)	(36.354)	(61.763)	(714)	(28.287)
Valor residual de bens permanentes baixados (Nota 8)	(15.232)	(31.660)	(13.474)	(12.548)
(Perdas)/Reversão estimadas em estoques (Nota 5)	(10.396)	5.975	(4.630)	6.918
Perdas com sobressalentes	(26.432)		(26.432)	
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(48.807)	(89.878)	(48.246)	(88.839)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(3.406)	(5.810)	(3.406)	(5.810)
Ajuste de perda pelo valor recuperável		(48.469)		
Despesa plano de saúde	(54.319)	(55.720)	(54.319)	(55.740)
Impairment ativos disponíveis para venda	(205.000)	(5.002)	(199.372)	(3.369)
Efeito REFIS Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.996/14 e Lei 13.043/14, líquidos	(37.308)	(129.743)	(19.853)	(128.593)
Impairment malha velha Transnordestina		(216.446)		
Outras despesas	(44.006)	(131.705)	(23.895)	(113.312)
	(657.127)	(1.134.208)	(540.372)	(760.311)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidos	(566.639)	(568.145)	(488.007)	(29.468)

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras				
Partes relacionadas (Nota 17 b)	50.631	25.576	266.255	48.972
Rendimentos sobre aplicações financeiras	82.103	125.685	4.008	16.032
Outros rendimentos	38.818	20.723	30.289	9.286
	171.552	171.984	300.552	74.290
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(718.281)	(743.276)	(117.011)	(74.648)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(1.806.568)	(1.559.312)	(1.565.306)	(1.212.009)
Partes relacionadas (Nota 17 b)	(423.621)	(421.659)	(1.712.508)	(1.571.144)
Juros Capitalizados (Notas 8 e 29)	165.789	490.747	165.789	309.073
Perdas com derivativos (*)	(4.869)	(21.643)	(943)	(4.268)
Juros, multas e moras fiscais	(76.704)	(72.065)	(40.791)	(59.057)
Efeito REFIS Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.996/14 e Lei 13.043/14, líquidos	(52.036)	(277.032)	(51.624)	(273.178)
Outras despesas financeiras	(187.688)	(135.500)	(166.267)	(97.149)
	(3.103.978)	(2.739.740)	(3.488.661)	(2.982.380)
Variações monetárias e cambiais líquidas				
Variações monetárias líquidas	(109)	(37.858)	(22.942)	(33.176)
Variações cambiais líquidas	(391.767)	97.969	(1.287.021)	(997.113)
Variações cambiais com derivativos (*)	242.869	(3.954)		
	(149.007)	56.157	(1.309.963)	(1.030.289)
Resultado financeiro líquido	(3.081.433)	(2.511.599)	(4.498.072)	(3.938.379)
(*) Demonstração dos resultados das operações com derivativos				
Sw ap dólar x CDI	(12.735)	11.172		
Sw ap (NDF) dólar x real	213.602	(597)		
Sw ap (NDF) dólar x euro	33.397	(13.190)		
Sw ap dólar x euro	8.605	4.035		
Sw ap iene x dólar		(5.374)		
	242.869	(3.954)		
Sw ap Libor x CDI	(943)	(4.268)	(943)	(4.268)
Sw ap Pré x CDI	(3.926)	(17.375)		
	(4.869)	(21.643)	(943)	(4.268)
	238.000	(25.597)	(943)	(4.268)

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura do Grupo, os negócios estão distribuídos e gerenciados em cinco segmentos operacionais conforme a seguir:

- Siderurgia**

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do País, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, também produz folhas metálicas, além de aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, oferecendo aços laminados a frio e galvanizados. Em janeiro de 2012, a CSN adquiriu a Stahlwerk Thüringen (SWT), uma produtora de aços longos localizada em Unterwellenborn, Alemanha. A SWT é especializada na produção de perfis usado para a construção civil e com capacidade instalada de produção de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano.

Em janeiro de 2014 iniciou-se a operação de longos, com capacidade de 500 mil tonelada por ano e consolidará o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

- **Mineração**

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho. As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero em MG, a mina de Casa de Pedra, em Congonhas – MG que produz minério de ferro de alta qualidade, assim como a controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. (Namisa), que possui minas próprias também de excelente qualidade e que ainda comercializa minério de ferro de terceiros. Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A., empresa com unidades de mineração e fundição de estanho.

A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

- **Logística**

- i. Ferroviária**

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que operam a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

- a) MRS**

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais no sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de suas minas da Casa de Pedra em Minas Gerais e coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda e os produtos destinados a exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro. Seus volumes de transporte representam aproximadamente 28% do volume total do sistema ferroviário do sudeste do Brasil.

- b) TLSA e FTL**

A TLSA e a FTL detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária dividido em dois trechos: i) a Malha I, que integra os trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado – Recife, Itabaiana – Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau - e Propriá - Jorge Lins (Malha I), com prazo de concessão até 2027, detida pela FTL; e ii) a Malha II, que integra os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém, com prazo de concessão até 2057 ou até o retorno do investimento corrigido em 6,75% dos trechos, detida pela TLSA .

Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

- ii. Portuária**

O segmento de Logística portuária consolida a Operação do terminal construído no período pós-privatização dos portos, o Sepetiba Tecon. O terminal de Sepetiba conta com infraestrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta

com excelente profundidade de 14,5 metros nos berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país, atualmente com capacidade de movimentação anual de 480 mil contêineres anuais e 30 milhões de toneladas de granéis.

- **Energia**

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de co-geração termoeletrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999. A Central Termoeletrica utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica. Por meio desses três ativos de geração de energia, a CSN obtém 430 MW.

- **Cimento**

O segmento de Cimentos consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento utilizando escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Durante 2011, o clínquer utilizado na fabricação do cimento foi adquirido de terceiros, porém, ao final de 2011, com a conclusão da primeira etapa da fábrica de Clínquer em Arcos (MG), esta já supria as necessidades da moagem da CSN Cimentos localizada em Volta Redonda.

As informações apresentadas à Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias.

- **Vendas por área geográfica**

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

- **Resultado por segmento**

A partir do exercício de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente as empresas controladas em conjunto Namisa, MRS e CBSI. Para fins de elaboração e apresentação das informações por segmento de negócios, a Administração decidiu manter a consolidação proporcional das empresas controladas em conjunto, conforme historicamente apresentado. Para fins de conciliação do resultado consolidado, os valores dessas empresas são eliminados na coluna "Despesas corporativas/eliminação".

								31/12/2014
Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Toneladas (mil) - (não revisado) (*)	5.177.453	25.245.424				2.185.044		
Receitas líquidas								
Mercado interno	8.650.413	306.837	202.338	1.105.026	324.481	440.492	(1.063.096)	9.966.491
Mercado externo	2.841.271	3.802.566					(484.096)	6.159.741
Total receita líquida (nota 20)	11.491.684	4.109.403	202.338	1.105.026	324.481	440.492	(1.547.192)	16.126.232
Custo produtos e serviços vendidos (Nota 21)	(8.671.935)	(2.985.930)	(137.634)	(753.394)	(186.750)	(295.264)	1.438.525	(11.592.382)
Lucro Bruto	2.819.749	1.123.473	64.704	351.632	137.731	145.228	(108.667)	4.533.850
Despesas vendas e administrativas (Nota 21)	(686.936)	(61.129)	(7.016)	(113.042)	(20.097)	(66.848)	(525.290)	(1.480.358)
Depreciação (Nota 8 b)	802.323	366.808	10.525	168.786	17.095	37.627	(158.033)	1.245.131
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							430.547	430.547
EBITDA ajustado	2.935.136	1.429.152	68.213	407.376	134.729	116.007	(361.443)	4.729.170
Vendas por área geográfica								
Ásia	77.688	3.674.778					(484.096)	3.268.370
América do Norte	713.777							713.777
América Latina	165.238							165.238
Europa	1.868.280	127.788						1.996.068
Outras	16.288							16.288
Mercado externo	2.841.271	3.802.566					(484.096)	6.159.741
Mercado interno	8.650.413	306.837	202.338	1.105.026	324.481	440.492	(1.063.096)	9.966.491
TOTAL	11.491.684	4.109.403	202.338	1.105.026	324.481	440.492	(1.547.192)	16.126.232

								31/12/2013
Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Toneladas (mil) - (não revisado) (*)	6.116.944	21.534.147				2.045.862		
Receitas líquidas								
Mercado interno	9.695.736	679.974	194.842	1.074.216	211.797	415.577	(1.025.068)	11.247.074
Mercado externo	2.697.471	4.616.754					(1.248.867)	6.065.358
Total receita líquida (nota 20)	12.393.207	5.296.728	194.842	1.074.216	211.797	415.577	(2.273.935)	17.312.432
Custo produtos e serviços vendidos (Nota 21)	(9.961.948)	(2.829.028)	(97.488)	(708.407)	(161.435)	(276.752)	1.612.352	(12.422.706)
Lucro Bruto	2.431.259	2.467.700	97.354	365.809	50.362	138.825	(661.583)	4.889.726
Despesas vendas e administrativas (Nota 21)	(738.655)	(69.364)	(22.743)	(100.062)	(20.384)	(68.219)	(340.538)	(1.359.965)
Depreciação (Nota 8 b)	761.086	219.742	7.272	140.551	17.067	30.631	(82.519)	1.093.830
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							780.606	780.606
EBITDA ajustado	2.453.690	2.618.078	81.883	406.298	47.045	101.237	(304.034)	5.404.197
Vendas por área geográfica								
Ásia	45.105	3.610.625						3.655.730
América do Norte	635.749							635.749
América Latina	153.027							153.027
Europa	1.839.732	1.006.129						2.845.861
Outras	23.858						(1.248.867)	(1.225.009)
Mercado externo	2.697.471	4.616.754					(1.248.867)	6.065.358
Mercado interno	9.695.736	679.974	194.842	1.074.216	211.797	415.577	(1.025.068)	11.247.074
TOTAL	12.393.207	5.296.728	194.842	1.074.216	211.797	415.577	(2.273.935)	17.312.432

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto (Namisa 60%).

O EBITDA Ajustado é a medição pela qual o principal gestor das operações da entidade avalia a performance dos segmentos e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultado de participação em investimentos e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais acrescido do Ebitda proporcional das controladas em conjunto.

Apesar de ser um indicador utilizado na mensuração dos segmentos, esta não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuindo uma definição padrão e podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Como requerido pelo IFRS 8, segue abaixo a conciliação da medida utilizada pelo gestor das operações com o resultado apurado de acordo com as práticas contábeis:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(112.267)	533.994
Depreciação (Nota 8 b)	1.245.131	1.093.830
IR e CSLL (Nota 13)	(151.153)	74.161
Resultado financeiro (Nota 23)	3.081.433	2.511.599
EBITDA	4.063.144	4.213.584
Outras receitas (despesas) operacionais (Nota 22)	566.639	568.145
Resultado equivalência patrimonial	(331.160)	(158.138)
Ebitda proporcional de controladas em conjunto	430.547	780.606
EBITDA ajustado (*)	4.729.170	5.404.197

(*) A Companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo a participação em investimentos, e outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas subsidiárias que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, presidido pelo presidente do fundo de pensão e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes.

Até dezembro de 1995, a CBS Previdência administrava dois planos de benefício definido baseados em anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Em 27 de dezembro de 1995, a então Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") aprovou a implementação de um novo plano de benefício, vigente a partir da referida data, denominado Plano Misto de Benefício Suplementar ("Plano Misto"), estruturado sob a forma de plano de contribuição variável. Funcionários contratados após essa data podem aderir apenas ao novo plano ("Plano Misto"). Adicionalmente, todos os funcionários ativos que foram participantes dos antigos planos de benefícios definido tiveram a oportunidade de mudar para o novo Plano Misto.

Em 31 de dezembro de 2014 a CBS tinha 34.562 participantes (33.939 em 31 de dezembro de 2013), dos quais 20.252 eram contribuintes ativos (19.325 em 31 de dezembro de 2013), 9.271 eram funcionários aposentados (9.460 em 31 de dezembro de 2013) e 5.039 eram beneficiários vinculados (5.154 em 31 de dezembro de 2013). Do total de participantes em 31 de dezembro de 2014, 12.559 pertencem ao plano de benefício definido, 16.604 ao plano misto, 1.767 ao plano CBSPrev Namisa e 3.632 ao plano CBSPrev.

Os recursos garantidores da CBS estão investidos, principalmente, em operações compromissadas (com lastro em títulos públicos federais), títulos públicos federais indexados à inflação, ações, empréstimos e imóveis. Em 31 de dezembro de 2014 a CBS detinha 12.788.231 ações ordinárias da CSN (12.788.231 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2013). Os recursos garantidores totais da entidade totalizaram R\$4,2 bilhões em 31 de dezembro de 2014 (R\$4,1 bilhões em 31 de dezembro de 2013). Os administradores de fundos da CBS procuram combinar os ativos do plano com as obrigações de benefício a pagar no longo prazo. Os fundos de pensão no Brasil estão sujeitos a certas restrições relacionadas à sua capacidade de investimento em ativos estrangeiros e, consequentemente, os fundos investem principalmente em títulos no Brasil.

São considerados Recursos Garantidores, os ativos disponíveis e de investimentos dos Planos de Benefícios, não computados os valores de dívidas contratadas com patrocinadores.

Para os planos de benefício definido "35% da média salarial" e "Plano de Suplementação da média salarial", a Companhia mantém garantia financeira com a CBS Previdência, entidade que administra os mencionados planos, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro e atuarial, caso venha a ocorrer qualquer situação futura de perda atuarial ou ganho atuarial.

Atendendo ao previsto em legislação vigente, específica para o mercado de fundos de pensão, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014, não houve necessidade de pagamento das parcelas por parte da CSN, visto que os planos de benefício definido apresentaram ganhos atuariais no período.

25.a) Descrição dos planos de pensão

Plano de 35% da média salarial

Este plano teve início em 01 de fevereiro de 1966 e é um plano de benefício definido, cujo objetivo é pagar aposentadorias (tempo de serviço, especial, invalidez ou velhice) de forma vitalícia, equivalente a 35% da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. O plano também garante o pagamento de auxílio doença ao participante licenciado pela Previdência Oficial e garante, ainda, o pagamento de pecúlio, auxílio morte e auxílio pecuniário. Este plano foi desativado em 31 de outubro de 1977, quando entrou em vigor o plano de suplementação da média salarial.

Plano de suplementação da média salarial

Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício suplementar.

Plano misto de benefício suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido. Este plano foi desativado em 16 de outubro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev.

Plano CBS Prev

Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBS Prev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano, o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício.

Com a criação do plano CBSPrev, o Plano misto de benefício suplementar foi desativado para entrada de novos participantes a partir de 16 de setembro de 2013.

25.b) Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (*Asset Liability Management*), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC n. 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

25.c) Benefícios a empregados

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee Benefits*.

	Consolidado			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão (nota 6)	97.173	97.051	11.275	11.139
Benefícios de saúde pós-emprego			576.480	473.966
	97.173	97.051	587.755	485.105

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Valor presente da obrigação de benefício definido	2.508.441	2.263.012
Valor justo dos ativos do plano	(2.745.834)	(2.684.783)
Déficit/(Superávit)	(237.393)	(421.771)
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	151.495	335.859
Passivo / (Ativo) Líquido	(85.898)	(85.912)
Passivos	11.275	11.139
Ativos	(97.173)	(97.051)
Passivo/ (Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	(85.898)	(85.912)

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício de 2014 é demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Valor presente das obrigações no início do exercício	2.263.012	2.666.261
Custo do serviço	10.114	6.375
Custo dos juros	255.573	239.310
Benefícios pagos	(209.891)	(208.951)
Perda/(ganho) atuarial	189.633	(439.983)
Valor presente das obrigações no final do exercício	2.508.441	2.263.012

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2014 é demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(2.684.783)	(2.923.483)
Retorno esperado dos ativos do plano	(305.469)	(263.410)
Benefícios pagos	209.891	208.951
Ganhos/(perdas) atuariais	34.527	293.159
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(2.745.834)	(2.684.783)

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Custos de serviços correntes	10.114	6.375
Custos de juros	255.573	239.310
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(305.469)	(263.410)
Juros sobre o efeito do limite de ativo	39.733	16.908
	(49)	(817)
Total dos custos /(receita) não reconhecida (*)	117	168
Total dos custos /(receita) reconhecido na demonstração do resultado	(166)	(985)
Total dos custos (receitas), líquidos (*)	(49)	(817)

(*) Efeito do limite do parágrafo 58 (b) do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados IAS 19 – *Employee Benefits*.

O (custo)/receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais em 2014 está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
(Ganhos) e perdas atuariais	224.160	(146.823)
Restrição devido a limitação de recuperação	(224.099)	137.336
	61	(9.487)
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecido em outros resultados abrangentes	178	(9.319)
(Ganhos) e perdas atuariais não reconhecidos	(117)	(168)
Custo total de (ganhos) e perdas atuariais (*)	61	(9.487)

(*) Perda atuarial é decorrente de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.

Abertura dos ganhos ou perdas atuarial, requerida com base no item 141 do CPC 33(R1):

	31/12/2014
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses demográficas	127
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses financeiras	77.197
(Ganho)/perda decorrente de ajustes da experiência	112.812
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	34.024
(Ganhos) e perdas atuariais	224.160

O histórico de ganhos e perdas atuariais é como segue:

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações do benefício definido	2.508.441	2.263.012	2.666.261	2.153.649	1.982.556
Valor justo dos ativos do plano	(2.745.834)	(2.684.783)	(2.923.483)	(2.384.450)	(2.316.018)
Déficit / (Superávit)	(237.393)	(421.771)	(257.222)	(230.801)	(333.462)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	189.633	(439.983)	484.524	141.674	225.341
Ajustes de experiência nos ativos do plano	34.527	(293.159)	456.393	(81.038)	40.669

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Valor utilizado como estimativa do patrimônio de fechamento do exercício	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados de outubro	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados de outubro
Taxa de desconto nominal	12,20%	11,83%
Taxa de inflação	5,70%	5,00%
Taxa de aumento nominal do salário	6,76%	6,05%
Taxa de aumento nominal do benefício	5,70%	6,05%
Taxa de retorno dos investimentos	12,20%	11,83%
Tábua de mortalidade geral	Plano Milênio e Plano de Assistência Médica: AT 2000 segregada por sexo Planos 35% e Suplementação da Média Salarial: AT 2000 segregada por sexo (suavizada em 10%)	Plano Milênio e Plano de Assistência Médica: AT 2000 segregada por sexo Planos 35% e Suplementação da Média Salarial: AT 2000 segregada por sexo (suavizada)
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability com probabilidades multiplicadas por 2	Mercer Disability com probabilidades multiplicadas por 2
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 3% ao ano, nula para os planos BD	Plano milênio 3% ao ano, nula para os planos BD
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

As premissas referente a tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos do empregado que se aposenta aos 65 anos, dados:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Plano BD (*)	Plano Milênio (*)	Plano BD (*)	Plano Milênio (*)
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais				
Masculino	20,45	19,55	20,45	20,45
Feminino	23,02	22,17	23,02	23,02
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais de 40 anos				
Masculino	42,69	41,59	20,45	20,45
Feminino	46,29	45,30	23,02	23,02

(*) Plano BD compõe o Plano 35% e Suplementação da Média Salarial e o Plano Milênio compõe o Plano Misto de Benefício suplementar.

Alocação dos ativos do plano:

	31/12/2014		31/12/2013	
Renda Variável	38.167	1,61%	118.596	4,42%
Renda Fixa	2.538.297	93,59%	2.398.472	89,34%
Imóveis	112.900	3,24%	107.386	4,00%
Outros	56.470	1,56%	60.329	2,24%
Total	2.745.834	100,00%	2.684.783	100,00%

Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN.

Ativos em renda fixa são compostos principalmente de debêntures, Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN-B").

Os bens imóveis referem-se a edifícios avaliados por uma empresa especializada de avaliação de ativos. Não existem ativos em uso pela CSN e suas subsidiárias.

Para os planos de benefício definido a despesa em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$763 (R\$740 em 31 de dezembro de 2013).

Para o plano misto de benefício suplementar, que possui componentes de contribuição definida, a despesa em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$31.053 (R\$31.542 em 31 de dezembro de 2013).

Para o plano de contribuição definida CBSPrev Namisa, a despesa em 2014 foi de R\$1.637 (R\$1.427 em 31 de dezembro de 2013).

Para o plano de contribuição definido CBSPrev, a despesa em 2014 foi de R\$1.959.

25.d) Contribuições esperadas

Não há contribuições esperadas que serão pagas para os planos de benefícios definidos em 2015.

Para o plano misto de benefício suplementar, que possui componentes de contribuição definida, as contribuições esperadas de R\$31.451 serão pagas em 2015.

25.e) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para os planos de pensão em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada abaixo:

31/12/2014						
	Plano de 35% da Média Salarial		Plano de Suplementação da Média Salarial		Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Hipótese: Taxa de Desconto						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	77	(97)	(135)	56	(132)	132
Efeito no valor presente das obrigações	(13.448)	14.506	(61.965)	66.960	(33.825)	36.725
Hipótese: Crescimento Salarial						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais					175	(154)
Efeito no valor presente das obrigações			2	(2)	5.096	(4.450)
Hipótese: Tábua de Mortalidade						
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%	1,0%	-1,0%	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(965)	955	(3.842)	3.763	167	(152)
Efeito no valor presente das obrigações	(7.884)	7.802	(31.519)	30.872	(3.645)	3.736
Hipótese: Reajuste de Benefícios						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	590	(550)	1.595	(1.479)		
Efeito no valor presente das obrigações	5.033	(4.691)	13.665	(12.675)		

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefícios definidos:

Pagamento de benefícios esperados	2014
Ano 1	206.507
Ano 2	222.594
Ano 3	232.195
Ano 4	241.941
Ano 5	251.782
Próximos 5 anos	1.416.758
Total de pagamentos esperados	2.571.777

25.f) Plano de benefício de saúde – pós-emprego

Refere-se ao plano de saúde criado em 01 de dezembro de 1996 exclusivamente para contemplar ex-empregados aposentados, pensionistas, anistiados, ex-combatentes, viúvas de acidentados do trabalho e aposentados até 20 de março de 1997 e seus respectivos dependentes legais, desde então, o plano de saúde não permite a inclusão de novos beneficiários. O Plano é patrocinado pela CSN e administrado pela Caixa Beneficente dos Empregados da Cia Siderúrgica Nacional – CBS.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Valor presente das obrigações	576.480	473.966
Passivo	576.480	473.966

A conciliação dos passivos dos benefícios de saúde é apresentada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Passivo atuarial no início do exercício	473.966	547.652
Custo do serviço corrente	53.707	49.164
Contribuições da patrimonial vertidas no exercício anterior	(46.191)	(34.691)
Reconhecimento do (ganho)/perda do ano	94.998	(88.159)
Passivo atuarial no final do exercício	576.480	473.966

Para o plano de benefício de saúde – pós-emprego, a despesa em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$54.319 (R\$55.720 em 31 de dezembro de 2013).

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
(Ganho)/Perda atuarial na obrigação	94.998	(88.159)
(Ganhos)/Perda reconhecida no patrimônio líquido	94.998	(88.159)

O histórico de ganhos e perdas atuariais são os seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente da obrigação de benefício definido	576.480	473.966	547.652	457.377	367.839
Déficit/(Superávit)	576.480	473.966	547.652	457.377	367.839
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	94.998	(88.159)	77.182	84.575	48.301

Segue a expectativa de vida média ponderada com base na tábua de mortalidade utilizada para determinação das obrigações atuariais:

	31/12/2014	31/12/2013
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais		
Masculino	19,55	20,45
Feminino	22,17	23,02
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais de 40 anos		
Masculino	41,59	20,45
Feminino	45,30	23,02

As premissas atuariais usadas para o cálculo dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	31/12/2014	31/12/2013
Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo
Rotatividade	N/A	N/A
Composição familiar	Composição Real	Composição Real
Financeiras		
Taxa nominal de desconto atuarial	12,20%	11,83%
Inflação	5,70%	5,00%
Aumento nominal dos custos médicos em função da idade	6,23% - 8,87%	5,53% - 8,15%
Taxa de crescimento nominal dos custos dos serviços médicos	8,87%	8,15%
Custo médico médio	417,12	380,05

25.g) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para o benefício de saúde pós-emprego em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada abaixo:

	31/12/2014	
	Plano de Assistência Médica	
	Hipótese: Taxa de Desconto	
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(87)	63
Efeito no valor presente das obrigações	(24.062)	26.071
	Hipótese: Inflação Médica	
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	7.070	(6.103)
Efeito no valor presente das obrigações	58.068	(50.136)
	Hipótese: Tábua de Mortalidade	
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(2.961)	3.029
Efeito no valor presente das obrigações	(24.284)	24.844

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefício de saúde pós-emprego:

Pagamento de benefícios esperados	2014
Ano 1	44.450
Ano 2	47.549
Ano 3	50.711
Ano 4	53.908
Ano 5	57.098
Próximos 5 anos	332.203
Total de pagamentos esperados	585.919

26. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total	
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Transnordestina Logística	R\$	Até 19/09/2056 e Indeterminado	2.451.682	1.875.360	38.766	20.600	5.975	168.009	2.496.423	2.063.969
FTL - Ferrovia Transnordestina	R\$	15/11/2020	140.550	125.250			142		140.692	125.250
CSN Cimentos	R\$	Até 25/10/2015 e Indeterminado			26.423	26.423	39.776	39.287	66.199	65.710
Prada	R\$	Até 10/02/2016 e Indeterminado			10.133	10.133	19.340	21.916	29.473	32.049
CSN Energia	R\$	Indeterminado			2.829	2.829			2.829	2.829
Congonhas Minérios	R\$	21/05/2019	2.000.000	2.000.000					2.000.000	2.000.000
Fundação CSN	R\$	Indeterminado	1.003	1.003					1.003	1.003
Estanho de Rondônia	R\$	01/01/2015					106		106	
Total em R\$			4.593.235	4.001.613	78.151	59.985	65.339	229.212	4.736.725	4.290.810
CSN Islands IX	US\$	15/01/2015	400.000	400.000					400.000	400.000
CSN Islands XI	US\$	21/09/2019	750.000	750.000					750.000	750.000
CSN Islands XII	US\$	Perpétuo	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
CSN Resources	US\$	21/07/2020	1.200.000	1.200.000					1.200.000	1.200.000
Sepetiba Tecon	US\$			15.708						15.708
CSN Handel	US\$	27/06/2015	100.000	100.000					100.000	100.000
Total em US\$			3.450.000	3.465.708					3.450.000	3.465.708
CSN Steel S.L.	EUR	31/01/2020	120.000	120.000					120.000	120.000
Lusosider Aços Planos	EUR	Indeterminado	25.000						25.000	
Total em EUR			145.000	120.000					145.000	120.000
Total em R\$			9.631.805	8.505.948					9.631.805	8.505.948
			14.225.040	12.507.561	78.151	59.985	65.339	229.212	14.368.530	12.796.758

27. COMPROMISSOS

27.a) Contratos “take-or-pay”

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia possuía contratos de “take-or-pay”, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Natureza do serviço	Pagamentos no período						Após 2018	Total
	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
Transporte de minério de ferro, carvão, coque, produtos siderúrgicos, cimento e produtos de mineração.	300.381	263.266	658.028	584.926	515.810	515.810	3.910.977	6.185.551
Serviços de descarga, armazenagem, movimentação, carregamento e transporte rodoviário.		5.570	9.046	9.046				18.092
Fornecimento de energia, gás natural, oxigênio, nitrogênio, argônio e pelotas de minério de ferro.	886.883	1.011.416	421.417	130.831	29.292	29.292	146.772	757.604
Beneficiamento de lama de alto forno e escória resultante do processo de produção de gusa e aço.	50.964	49.739	9.731	7.074	7.074	7.074	30.065	61.018
Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento.	40.596	40.250	2.986					2.986
	1.278.824	1.370.241	1.101.208	731.877	552.176	552.176	4.087.814	7.025.251

27.b) Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referente a concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2014, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa	Natureza do serviço					Após 2018	Total
Concessão		2015	2016	2017	2018		
MRS	Concessão de 30 anos renováveis por mais 30 anos, prestando serviços de transporte ferroviário de minério de ferro das minas de Casa de Pedra em Minas Gerais, coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda, transporte das exportações para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro e escoamento de material acabado para mercado interno.	90.697	90.697	90.697	90.697	658.345	1.021.133
FTL (Ferrovia Transnordestina Logística)	Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.	7.636	7.636	7.636	7.636	64.273	94.817
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, por um período a vencer em 2022 e renovável por mais 25 anos.	263.858	263.858	263.858	263.858	1.055.432	2.110.864
Tecon	Concessão de 25 anos iniciada em julho de 2001, renovável por mais 25 anos, para operar o terminal de contêiner no Porto de Itaguaí.	25.965	25.965	25.965	25.965	181.758	285.618
		388.156	388.156	388.156	388.156	1.959.808	3.512.432

27.c) Projetos e outros compromissos

- Siderurgia – Aços planos e longos**

A CSN pretende produzir 500.000 toneladas a.a. de produtos de aços longos, projetando-se 400.000 ton/ano de vergalhão e 100.000 ton/ano de fio-máquina. As instalações utilizarão sucata e gusa como principais matérias-primas.

- Projeto de minério de ferro**

O plano de expansão projeta produzir 89 Mtpa de produtos de minério de ferro e capacidade portuária de 84 Mtpa no TECAR. Em uma primeira fase, a CSN projeta produzir até 66 Mtpa de minério de ferro e investe na expansão da capacidade do porto marítimo em Itaguaí, ou TECAR, para um patamar de 60 Mtpa. As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR.

As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR cujo prazo do contrato de concessão é de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Na extinção da concessão, retornarão à CDRJ (Companhia Docas do Rio de Janeiro) todos os direitos e privilégios transferidos à CSN, junto com os bens de posse da CSN e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela CDRJ por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela CDRJ pelo valor residual do seu custo, depois de deduzidas as depreciações/amortizações.

- **Projeto Transnordestina**

O Projeto Transnordestina inclui 1.728 km adicionais de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. O projeto apresenta-se com evolução de 45% o qual esta previsto para ser concluído em 2017. A Companhia espera que os investimentos permitam à Transnordestina Logística S. A. aumentar o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. Concessionária detentora do Projeto Transnordestina, detém a concessão até o prazo máximo de 2057, podendo ser encerrado antes desse prazo caso o concessionário atinja o retorno mínimo acordado com o Governo. A Transnordestina obteve certas autorizações ambientais exigidas, adquiriu partes de equipamentos e serviços e a implementação está avançada em certas regiões.

As fontes de financiamento do projeto são: (i) financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/FNE e BNDES, (ii) debêntures de emissão do FDNE, (iii) contratos de uso da Via Permanente e (iv) participação em capital da CSN e acionistas públicos. O investimento aprovado para a obra é de R\$7.542.000, sendo que o saldo de recursos a desembolsar será atualizado pelo IPCA a partir da data base abril de 2012. Caso sejam necessários recursos adicionais, serão viabilizados pela CSN e/ou terceiros por intermédio da celebração de Contratos de Uso da Via Permanente.

O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, estando em fase de análise pelos órgãos responsáveis, onde estima-se um novo valor de orçamento composto da seguinte forma: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões.

A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 50,97% das debêntures de emissão do FDNE (considera 48,47% de garantia corporativa, 1,25% de carta fiança para o BNB e 1,25% de garantia corporativa para o BNB). Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal no. 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, 50% das debêntures deverão ser convertidas em aumento de capital da TLSA.

- **Expansão Cimentos Sudeste**

Em adição à produção atual de aproximadamente 2,4 Mtpa na Unidade Presidente Vargas no Rio de Janeiro, a CSN planeja uma expansão da operação de cimentos para 5,4 Mtpa, sendo que esse volume adicional de 3 Mtpa será obtido através da instalação de um planta integrada com moinho de cimentos e forno de clínquer, no Estado de Minas Gerais, onde a empresa já opera um forno de clínquer utilizando calcário de mina própria. A empresa avalia oportunidades de crescimento em outras regiões.

- **Contratos de longo prazo com Namisa**

A Companhia celebrou contratos de longo prazo com a Namisa, para prestação de serviços de operação portuária e fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) da mina Casa de Pedra, conforme descrito a seguir:

- i. Contrato de serviço de operação portuária**

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato para a prestação de serviços portuários para a Namisa, por prazo de 34 anos, que consiste em receber, manusear, estocar e embarcar minério de ferro da Namisa em volumes anuais que variam de 18,0 a 39,0 milhões de toneladas. A CSN recebeu aproximadamente R\$5,3 bilhões como antecipação de parte dos

pagamentos devidos pelos serviços a serem prestados sob este contrato. O valor desses serviços portuários é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

ii. ROM de alta sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de alta sílica para a Namisa, por prazo de 30 anos, em volumes que variam de 42,0 a 54,0 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$1,6 bilhão como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

iii. ROM de baixa sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de baixa sílica para a Namisa, por prazo de 35 anos, em volumes que variam de 2,8 a 5,04 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$424 milhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

28. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Responsabilidade Civil Transportador, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Diversos, Crédito a Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Em 2014, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de Setembro de 2014 a 30 de Setembro de 2015. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$600 milhões e cobre as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, Mineração Casa de Pedra, CSN Paraná, Terminal de cargas Tecar, Terminal Tecon, Namisa, CSN Handel e Namisa Handel. A CSN se responsabiliza pela primeira faixa de retenção de US\$375 milhões em excesso às franquias de danos materiais e lucros cessantes.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

29. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social pagos	98.040	45.388	20.470	
Adição ao imobilizado com capitalização de juros	165.789	490.747	165.789	309.073
Redução de capital sem efeito caixa		153.305		
Aquisição de prejuízo fiscal e base negativa de controladas				297.450
Capitalização em controlada de empréstimo concedido				152.927
	263.829	689.440	186.259	759.450

30. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(112.267)	533.994	(105.218)	509.025
Outros Resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido reflexo de investimentos em subsidiárias	2.221		2.243	74
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido	(95.175)	97.478	(95.208)	97.366
IR e CS s/ (perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício	32.360	(33.142)	32.371	(33.104)
	(60.594)	64.336	(60.594)	64.336
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajustes acumulados de conversão do período	28.227	218.927	28.227	218.927
Ativos disponíveis para venda	(971.808)	66.793	(971.251)	310.910
IR e CS s/ ativos disponíveis para venda	330.415	(22.709)	330.225	(105.709)
Ativos disponíveis para venda reflexo de investimentos em controladas			3.347	(161.117)
Impairment de ativos disponíveis para venda	205.000	5.002	199.372	5.002
IR e CS s/ Impairment de ativos disponíveis para venda	(69.700)	(1.701)	(67.786)	(1.701)
(Perda)/ganho na variação percentual de investimentos	(73.754)		(73.754)	
(Perda)/Ganho Hedge de fluxo de caixa	(120.633)		(120.633)	
IR e CS s/ (Perda)/Ganho Hedge de fluxo de caixa	41.015		41.015	
	(631.238)	266.312	(631.238)	266.312
	(691.832)	330.648	(691.832)	330.648
Resultado Abrangente Total do Exercício	(804.099)	864.642	(797.050)	839.673
Atribuível a:				
Participação dos acionistas controladores	(797.050)	839.673	(797.050)	839.673
Participação dos acionistas não controladores	(7.049)	24.969		
	(804.099)	864.642	(797.050)	839.673

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Debêntures**

- Oitava emissão**

Em janeiro de 2015, a Companhia emitiu 10.000 debêntures, em série única, quirografárias e não conversíveis, ao valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$100.000, com juros remuneratórios de 113,70% a.a do CDI Cetip, com vencimento final em janeiro de 2022, com opção de resgate antecipado.

- Aquisição Facultativa parcial da Sexta Emissão**

Em janeiro de 2015, a Companhia realizou aquisições facultativas de debêntures da 1ª série de sua Sexta Emissão, totalizando a aquisição facultativa de 60.000 de debêntures, pelo seu valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios acumulados, desde a última data de pagamento de juros até a data da respectiva aquisição facultativa. As debêntures objeto da aquisição facultativa permanecem em tesouraria.